



Relatório de Atividades

1996



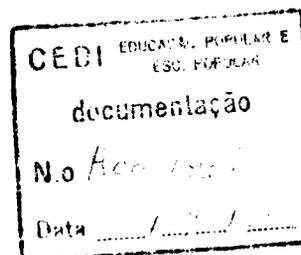
Ação Educativa

São Paulo, dezembro 1996

Ação Educativa

Assessoria, Pesquisa e Informação

Av. Higienópolis, 901
01238-001 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55-011-825-5544
Fax 55-011-66-1082
E-mail: acaoeducativ@ax.apc.org



Diretoria

Marília Pontes Sposito
Carlos Rodrigues Brandão
Pedro de Carvalho Pontual
Nilton Bueno Fischer
Vicente Rodriguez

Secretário Executivo

Sérgio Haddad

Coordenadores de Áreas Temáticas e Setores

Elie Ghanem
Vera Masagão Ribeiro
Helena Abramo
Waltemir J.B. Nalles
Maristela Debenest
Moisés Pangoni

Sumário

1. Apresentação	4
2. Funcionamento Institucional	6
3. Ações Coletivas e Políticas Públicas	9
• Acompanhamento das ações dos organismos multilaterais no setor educacional	11
• Participação popular na gestão escolar	13
• Políticas de educação básica de jovens e adultos	15
4. Educação básica de jovens e adultos	18
• Subsídios para educação básica de jovens e adultos	19
• Formação de educadores	23
• Pesquisa sobre analfabetismo funcional	26
• Pesquisa sobre proposta curricular Suplência II	28
5. Juventude: educação, cultura, trabalho	29
• Base de dados	30
• Assessorias e articulações	31
• Solidariedade entre os jovens	33
• Projeto do centro juvenil	35
6. Documentação	37
7. Comunicação	40
8. Gestão financeira	44

1.

APRESENTAÇÃO

O período abrangido neste relatório — o ano civil de 1996 — corresponde ao segundo ano de funcionamento pleno de Ação Educativa (fundada em maio de 1994) e ao penúltimo do Plano Trienal 1995-1997.

Durante esse ano, além das providências pertinentes a registros e outras obrigações derivadas das leis brasileiras, Ação Educativa foi registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e cadastrada como instituição de pesquisa no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ambos organismos estatais da esfera federal voltados respectivamente à assistência e à pesquisa científica. Por carência de tempo de funcionamento, ainda não foi possível iniciar o processo de reconhecimento de Ação Educativa como “de utilidade pública” junto ao legislativo municipal (primeiro passo para o reconhecimento também no plano estadual e federal).

Em 1996 realizaram-se uma assembléia geral ordinária com a presença de sócios e quatro reuniões da Diretoria. As atividades cotidianas foram acompanhadas pelo Secretário Executivo, auxiliado por um colegiado de coordenação, instituído em caráter consultivo em 1995 e constituído por coordenadores de áreas e setores e membros do *staff* convidados (reuniu-se oito vezes durante o ano).

No final do ano de 1996, Ação Educativa contava com um corpo de 25 profissionais em caráter permanente (14 técnicos, assessores ou pesquisadores, 2 estagiários e 9 profissionais de apoio), tendo contado durante o ano com a participação de cerca de quatro dezenas de profissionais em caráter eventual ou temporário, entre pesquisadores, consultores e estagiários de pesquisa. Além disso, beneficia-se da colaboração voluntária dos membros da Diretoria e de alguns sócios.

Neste relatório, após uma breve apresentação do desenho institucional, são descritas as atividades realizadas no âmbito de Ação Educativa durante o ano de 1996, área por área e setor por setor. Após isso, há uma breve apresentação dos aspectos financeiros. Essa descrição permite visualizar um amplo conjunto de atividades, regidas pelos objetivos definidos no Plano Trienal 1995-1997: colocar-se como instituição prestadora de serviços e ativadora de diálogo com organismos da sociedade civil, setores governamentais e centros produtores de conhecimento como universidades e centros de pesquisa.

Ação Educativa esteve presente em eventos — nacionais, regionais e internacionais — como seminários, encontros etc., assim como em atividades de assessoria e de formação de educadores ou de pesquisa aplicada.

Mobilizamos e nos relacionamos com um amplo conjunto de pessoas, redes, ONGs, sindicatos e órgãos públicos voltados à educação. Multiplicaram-se as relações com o poder executivo; entretanto as intervenções no plano legislativo foram muito limitadas e não chegaram a ocorrer no judiciário. Cresceram os contatos com entidades da sociedade civil, — ONGs e fundações.

Houve um reconhecimento maior de nossas atividades de Documentação, sobretudo a partir da produção do CD ROM Anped¹, além de aumento de consultas a nossas bases de dados, havendo interesse por parte do Inep² em publicar bibliografias comentadas em áreas de atuação de Ação Educativa.

Ampliou-se o reconhecimento público da entidade, ampliaram-se os recursos financeiros e, com isso, a necessidade de enfrentar problemas correspondentes ao crescimento das atividades de gerenciamento e administração de projetos, assim como de apoio logístico e técnico (durante o ano, passamos a contar com um serviço de apoio em informática, para dar maior suporte ao trabalho).

Em termos gerais, o balanço do ano de 1996 foi bastante positivo, tanto no aspecto quantitativo quanto no que concerne à abrangência das ações. Entretanto, atentos à orientação expressa no Plano Trienal 1995-1997, de equilibrar as atividades de assessoria, pesquisa e informação, é forçoso reconhecer que avançamos mais rapidamente na dimensão da produção de conhecimento do que na construção de nossa face pública — que é o que confere visibilidade a uma organização voltada à promoção da cidadania, como é o caso de Ação Educativa.

Assim, este relatório procura espelhar não só o que se fez, mas com quem e com quê se trabalhou, num esforço de informar não só os resultados positivos, mas também as dificuldades que impediram a concretização plena e satisfatória do que fora proposto. Esperamos que ele forneça aos sócios, parceiros, entidades de cooperação e funcionários, que sustentam e apoiam as atividades de Ação Educativa, a informação indispensável para acompanhar nosso trabalho.

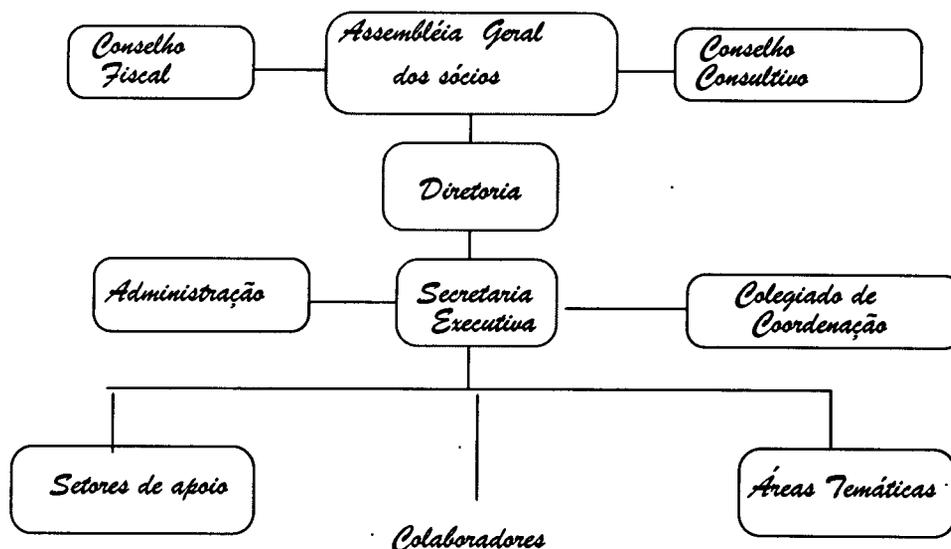
¹ Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação

² Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

2. FUNCIONAMENTO INSTITUCIONAL

2.1. Organograma

Ação Educativa é uma sociedade civil sem fins lucrativos estruturada de acordo com o seguinte:



2.2. Funções e responsabilidades

A **ASSEMBLÉIA GERAL** de sócios é a instância máxima de decisão, reunindo-se pelo menos uma vez ao ano. Dentre os sócios, os que mantêm vínculo empregatício não podem ultrapassar 30% do quadro funcional e seus salários devem ser fixados de acordo com parâmetros do mercado.

A **DIRETORIA**, cujo mandato é de três anos, é constituída por sócios, os quais não podem receber qualquer tipo de remuneração de *Ação Educativa*.

Para responsabilizar-se pela gestão cotidiana, a diretoria nomeia um **SECRETÁRIO EXECUTIVO**, *ad referendum* da assembleia geral, por um prazo que não ultrapassa o mandato da diretoria. Para acompanhar o desenvolvimento dos projetos, examinar novas demandas e propor encaminhamentos, foi constituído o **COLEGIADO DE COORDENAÇÃO**. Este colegiado, com funções consultivas, é ligado à secretaria executiva, tem encontros periódicos e dele participam os responsáveis pelas áreas temáticas e setores, além de outros membros do *staff* convidados.

O **CONSELHO FISCAL**, constituído de três membros, deve oferecer gratuitamente pareceres à assembleia acerca de balanços e contas. O **CONSELHO CONSULTIVO**, constituído de sócios e não sócios, estudiosos e lideranças com atuação reconhecida em sua área, deve (também gratuitamente) subsidiar e contribuir para o planejamento, a avaliação e a

execução das atividades da organização. Além de pessoal profissionalizado, *Ação Educativa* pode acolher em seus projetos a participação de COLABORADORES.

Os projetos que se desenvolvem no âmbito de *Ação Educativa* organizam-se em três ÁREAS TEMÁTICAS (Ações Coletivas e Políticas Públicas; Educação Básica de Jovens e Adultos; Juventude: Educação, Cultura e Trabalho) e dois SETORES (Documentação; Comunicação).

2.3. Projetos desenvolvidos no ano

Área temática	Projeto	Apoio ³
Ações coletivas e políticas públicas	Participação popular na gestão escolar (concluído em 1996) e Gestão Escolar Democrática (iniciado em 1996)	Fundação Ford Unicef ⁴
	Acompanhamento das ações de organismos multilaterais no campo educacional	Save The Children Fund Christian Aid
	Políticas de Educação Básica de Jovens e Adultos	EZE ⁵ IAF ⁶
Educação Básica de Jovens e Adultos	Subsídios para Educação Básica de Jovens e Adultos	EZE IAF MEC ⁷
	Formação de educadores	EZE IAF
	Pesquisa sobre analfabetismo funcional	Finep ⁸ , CNPq ⁹

³ Todos os projetos contam também com o apoio da ICCO - Organização Intereclesial para Cooperação em Desenvolvimento.

⁴ Unicef - Fundo das Nações Unidas para a Infância

⁵ EZE - Associação Evangélica de Cooperação e Desenvolvimento

⁶ IAF - Inter American Foundation

⁷ MEC - Ministério da Educação e do Desporto

⁸ Finep - Financiadora de Estudos e Projetos do Ministérios da Ciência e Tecnologia.

⁹ CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Área temática	Projeto	Apoio
Educação Básica de Jovens e Adultos (cont.)	Proposta curricular para Educação Básica de Jovens e Adultos (1ª a 4ª séries)	MEB ¹⁰ / MEC
	Proposta curricular para Educação Básica de Jovens e Adultos (5ª a 8ª séries)	FINEP
Juventude: Cultura, Trabalho e Educação	Rede de informações sobre a juventude	NCA/OD ¹¹
	Solidariedade entre jovens brasileiros (Grupo <i>Solidária Idade</i>)	NCA/OD
	Planejamento do Centro de Convivência e Formação Juvenil	NCA/OD

Setor	Projeto	Apoio
Documentação	Base de Dados - Educação básica de jovens e adultos	EZE IAF IBICT ¹²
	Base de Dados - Juventude	NCA/OD
	CD-Rom - teses em educação (encerrado em setembro)	INEP ¹³ - MEC

Setor	Projeto	Apoio
Comunicação	Jornal virtual diário - educação e juventude.	Yázigi NCA/OD

Todos os projetos contam também com o apoio da ICCO - Organização Intereclesial para Cooperação em Desenvolvimento.

¹⁰ MEB - Movimento de Educação de Base

¹¹ NCA/OD - Norwegian Church Aid/ Operasjon Dagsverk

¹² IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

¹³ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

3. AÇÕES COLETIVAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

3.1. Objetivos e estratégias

O objetivo geral desta área é incidir nos processos de mobilização de agentes para a participação na elaboração e acompanhamento das políticas públicas de educação. A partir desse objetivo geral, foram definidos quatro objetivos específicos, de acordo com as características e desafios colocados pelas atividades já em andamento.

O primeiro objetivo específico é produzir informações qualificadas para fundamentar as ações da área temática. A estratégia adotada foi a realização de debates com especialistas e atores sociais. Diferentemente dos objetivos específicos mencionados a seguir, este se aplica ao conjunto dos projetos abrangidos por esta área.

Um segundo objetivo específico (proposto no âmbito do projeto *Acompanhamento de Ações dos Organismos Multilaterais no Setor Educacional*) é produzir e disseminar informação sobre políticas públicas educacionais, destacando-se as implementadas com recursos de organismos internacionais, em particular o Banco Mundial (BM). A estratégia correspondente combina coleta de dados, seja sobre regime de colaboração entre governos estaduais e municipais, seja sobre programas de formação de professores, com debate com especialistas e atores sociais relacionados com ações dos organismos internacionais, com estudo sobre o impacto do financiamento do BM no orçamento público para a educação, com alimentação de base de dados e participação em seminários e encontros.

O terceiro objetivo, correspondente ao projeto Políticas de Educação Básica de Jovens e Adultos, é contribuir para a formulação e implementação de políticas públicas destinadas à democratização do acesso à EBJA¹⁴. Foram propostas como estratégias a realização de pesquisas e a articulação de uma rede (de ONGs, profissionais, pesquisadores, técnicos e dirigentes) sobre o tema, juntamente com a prestação de assessoria a programas de EBJA e a apresentação de propostas em fóruns de debate.

O quarto objetivo específico é o de qualificar ações voltadas à implementação da gestão democrática em redes escolares públicas. As estratégias fixadas para este objetivo, no âmbito do projeto *Participação popular na gestão escolar*, foram a finalização da pesquisa sobre as políticas de democratização da gestão escolar e a elaboração de subsídios e de propostas de formação, ambos direcionados a técnicos de secretarias municipais de educação.

3.2. Balanço dos avanços e das limitações

Foi acertada a estratégia de realizar debates (cinco colóquios sobre temas emergentes da educação brasileira) para produzir informações qualificadas a fim de fundamentar o trabalho da área temática. Isto trouxe vantagens adicionais: permitiu a atuação conjunta com uma universidade (PUC-SP), bem como a publicação dos debates para difundir as informações produzidas, além de atender aos outros objetivos específicos, relativos à disseminação de informações sobre políticas públicas educacionais e sobre a inserção da democratização do acesso à EBJA nessas políticas.

¹⁴ EBJA: Abreviatura corrente para educação básica de jovens e adultos.

A experiência dos debates foi promissora e permitirá, ainda, aperfeiçoar as atividades propostas no projeto *Acompanhamento das Ações dos Organismos Multilaterais*. Em suma, pôde-se constituir um campo de interlocução entre atores que tradicionalmente não dialogam: estudiosos, governantes, técnicos de órgãos públicos, dirigentes sindicais e de grupos populares.

A área temática aproximou-se também de uma outra linha relacionada a políticas públicas, ao elaborar um projeto de avaliação da ação *Combatendo o trabalho infantil em Mato Grosso do Sul*, implementada pelo Unicef. Esse trabalho poderá viabilizar uma perspectiva de atuação com diversos interlocutores, subsidiando a crítica de políticas relacionadas ao trabalho infantil – nas quais a escolarização tem ocupado um lugar privilegiado – e, ao mesmo tempo, levar a adequações e melhorias na educação pública.

Retomando algumas das recomendações mais pertinentes a esta área temática, feitas ao final de 1995, constatamos que foi cumprida a recomendação de reorganizar internamente as áreas temáticas, transferindo as atividades relativas a *Políticas de EBJA* (antes situadas na área temática Educação Básica de Jovens e Adultos) para a área Ações Coletivas e Políticas Públicas. Tomamos as providências para iniciar um trabalho aplicado e de acompanhamento de longo prazo em São Paulo, tanto encaminhando o projeto *Gestão Escolar Democrática*, quanto colocando em debate políticas educacionais, no âmbito do projeto *Acompanhamento das Ações dos Organismos Multilaterais*.

A recomendação de definir pelo menos uma prioridade com caráter propositivo por projeto foi seguida parcialmente, pois isso só pôde ser feito quanto ao projeto *Gestão Escolar Democrática* e, em menor medida, participando da Comissão Nacional de Educação de Adultos, uma das atividades do projeto *Políticas de Educação Básica de Jovens e Adultos*.

Também foi recomendado realizar um seminário sobre políticas de educação de jovens e adultos, que deixou de ser conveniente, uma vez que diversos outros encontros semelhantes foram realizadas como atividades preparatórias da 5ª Conferência Internacional de Educação de Adultos.

Outro seminário recomendado deveria tratar de paradigmas da educação popular e escolarização. Ele, entretanto, não foi realizado tanto por uma indefinição de responsabilidades, quanto pela falta de equacionamento prático do tema no quadro das atividades planejadas. Pelos mesmos motivos também não foi cumprida a recomendação de realizar esforços para viabilizar um projeto de mapeamento das ONGs de educação popular.

De um modo geral, os projetos ainda apresentam falhas de concepção, já que não estão devidamente dimensionados para articular a informação com a mobilização e a influência em centros de decisão. Ademais, não contemplam minimamente condições para a participação nos processos de reformulação legislativa e de reformas promovidas pelos governos, bem como a formação de opinião pública pelos meios de comunicação de massa. Este foi um ano de importantes e intensos processos, muito difíceis de acompanhar e nos quais influímos de modo improvisado.

3.3. Perspectivas de ação da área

Durante este ano criaram-se condições para uma atuação cumulativa na temática da área. Podemos dizer que cumprimos uma etapa decisiva na geração de informações e contatos para atingir nossa meta central, que é promover a participação na elaboração e acompanhamento das políticas educacionais públicas.

Nossa perspectiva é persistir na produção e atualização de informações, dando continuidade a uma programação de colóquios em São Paulo e iniciando esse tipo de atividades em Pernambuco, bem como finalizando os estudos sobre programas de EBJA, empreendendo novas pesquisas sobre políticas e reformas educacionais e sistematizando o conhecimento já obtido com as atividades referidas à atuação do BM na educação brasileira.

É conveniente elaborar um conjunto de temas e objetos de pesquisa, a partir do qual sejam formulados anteprojetos, de forma a assumir uma postura ativa de busca de recursos, reduzindo a improvisação e o encaixe mais ou menos aleatório de projetos na dinâmica de funcionamento da área. Este é um caminho plausível para aprimorar a delimitação de prioridades e a definição de estratégias que levem a maior impacto.

Articulada a esta frente de atuação, devemos aprimorar a divulgação das informações que reunimos, o que precisa ser definido de modo compatível com a política de comunicação do conjunto de *Ação Educativa*.

Finalmente, a atuação no sentido da participação propriamente de atores sociais deverá ser implementada com a constituição de um fórum de acompanhamento do projeto governamental Educação Continuada (para formação de profissionais da rede escolar estadual paulista), a articulação de prefeituras de São Paulo para lidar com os processos de municipalização do sistema escolar e para implantação ou aperfeiçoamento de programas de EBJA. É desejável também elaborar um projeto que potencialize o trabalho de assessoria, que faz parte do projeto *Gestão Escolar Democrática*, pois as relações com os grupos locais têm ocorrido assistematicamente e é possível tornar mais efetivo o apoio já prestado para qualificar sua interlocução com órgãos públicos.

Entre outras iniciativas importantes, permanece em pauta a aprovação, no Congresso Nacional, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a regulamentação da Emenda à Constituição 14/96 que a modifica no seu artigo 208, retirando a obrigação do estado em garantir a oferta universal de educação fundamental de adultos e criando, em regime transitório, fundos estaduais de manutenção e desenvolvimento do ensino. Será preciso manter *Ação Educativa* a par dos estudos feitos e a serem realizados sobre essas propostas, a fim de divulgá-las e debatê-las com nossos interlocutores.

3.4. Projetos desenvolvidos

3.4.1 Acompanhamento das Ações dos Organismos Multilaterais no Setor Educacional

3.4.1.1 Objetivo

Produzir e disseminar informação sobre políticas públicas educacionais, destacando-se as implementadas com recursos de organismos internacionais, em particular o BM.

3.4.1.2 Destaques, inovações, modificações

A principal atividade deste projeto foi a realização de cinco colóquios sobre temas fundamentais da educação brasileira. Foram escolhidos temas emergentes, sobre os quais havia muito pouca informação e grande desconhecimento sobre os dados disponíveis.

O debate proposto sobre organismos internacionais no âmbito das políticas sociais foi adiado no cronograma do projeto. Não foi possível realizar o estudo comparativo entre os recursos de empréstimos do Banco Mundial e os gastos educacionais no estado de São

Paulo, especialmente porque os dados detalhados de orçamento (o projetado e o realizado, por rubricas) são de acesso muito difícil.

3.4.1.3 Atividades, produtos, resultados

Foi feita a preparação de texto e a publicação dos trabalhos apresentados em seminário realizado em 1995. Produto:

- TOMMASI, Livia de, WARDE, Mirian Jorge, HADDAD, Sérgio (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo : Ação Educativa ; PUC-SP ; Cortez, 1996. 279 p. [tiragem: 2 mil exemplares]

Foi firmada parceria com a Undime (União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação), em convênio com Save the Children Fund, a partir da qual foi feito levantamento de informações sobre o regime de colaboração entre a esfera estadual e a municipal, no âmbito do Projeto Nordeste, projeto este financiado pelo Banco Mundial. Produto:

- PROJETO de Educação Básica para o Nordeste : convênio Save the Children/Ação Educativa/Undime : relatório das atividades desenvolvidas de agosto a novembro de 1996. Recife , 1996. 12 p. + anexos.

Realizaram-se ainda contatos para a organização de uma rede, a alimentação da base de dados e a participação em seminários e encontros.

Os cinco colóquios foram publicados (tiragem de 400 exemplares cada um), e distribuídos a ONGs, sindicatos, grupos populares, administradores, técnicos e pesquisadores:

- COLÓQUIO SOBRE A REORGANIZAÇÃO DA REDE ESTADUAL DE ENSINO, 13 maio 1996, PUC, São Paulo. **[Debates e comunicações]...** São Paulo : Ação Educativa ; PUC (SP), 1996. 42 p. (Debates, 1)
- COLÓQUIO SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº 233-A, 17 jun. 1996, PUC, São Paulo. **[Debates e comunicações]...** São Paulo : Ação Educativa ; PUC (SP), 1996. 43 p. (Debates, 2)
- COLÓQUIO SOBRE A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB), 21 ago. 1996, PUC, São Paulo. **[Debates e comunicações]...** São Paulo : Ação Educativa ; PUC (SP), 1996. 84 p. (Debates, 3)
- COLÓQUIO SOBRE MECANISMOS E PROBLEMAS DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO, 16 out. 1996, PUC, São Paulo. **[Debates e comunicações]...** São Paulo : Ação Educativa ; PUC (SP), 1996. 57 p. (Debates, 4)
- COLÓQUIO SOBRE A POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO, 11 nov. 1996, PUC, São Paulo. **[Debates e comunicações]...** São Paulo : Ação Educativa ; PUC (SP), 1996. 44 p. (Debates, 5)

3.4.1.4 Participação em eventos

EVENTO	DATA/LOCAL	PROMOÇÃO	PÚBLICO
2º Seminário de Educação: O Banco Mundial e o projeto financiado em SP	março São Paulo, SP	Fórum de Discussão das Questões Educacionais da Zona Leste	27 professores e alunos de 2º Grau da Zona Leste
Conferência sobre Financiamento do Banco Mundial no setor educacional	março São Paulo, SP	Apeoesp - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de S.Paulo	25 professores
Colóquio interno: experiências de parceria Estado-sociedade civil na implementação de políticas sociais	março São Paulo, SP	Ação Educativa	5 assessores
Encontro de Educação da Regional sudeste da Apeoesp: debate sobre reestruturação da Rede Estadual de Ensino	maio São Paulo, SP	Apeoesp - Regional Sudeste	25 professores

3.4.1.5 Limitações percebidas

Embora a parceria com a Undime seja uma medida necessária, esta associação enfrenta muitas dificuldades, especialmente de comunicação entre seus membros, agravada com a ocorrência de eleições municipais. Devido a essas eleições, em março de 1997 será formada nova direção da Undime, o que vai requerer atualização de relações com *Ação Educativa*.

Feitos os contatos para a formação de uma rede, concluiu-se que há poucas organizações realmente orientadas para acompanhar políticas educacionais, como também pouca disposição e condições entre os contatados para participar. De certa forma, nesse quadro, a participação de *Ação Educativa* em seminários e encontros ocorreu em pequena quantidade e sem efeitos significativos.

Um conjunto particularmente importante de dificuldades diz respeito diretamente à razão de ser deste projeto. Consiste na falta de “transparência” do Banco Mundial e dos organismos governamentais. Embora de ambos surjam declarações de total abertura e disponibilidade de informações, de fato, o acesso a esses dados tem sido impossível. Faltam informações inclusive sobre que informações foram produzidas. Com a meta de estabelecer canais permanentes de acesso a informações, será necessário entendimento com representantes do BM, articulação com a Rede Brasil de Acompanhamento de Organismos Multilaterais e atuação no campo da opinião pública. Esses problemas de opacidade também são muito grandes no que se refere a orçamentos públicos e é necessário delinear estratégias para enfrentá-los.

3.4.2 Participação Popular na Gestão Escolar

3.4.2.1 Objetivo

Qualificar ações voltadas à implementação da gestão democrática em redes escolares públicas.

3.4.2.2 Destaques, inovações, modificações

Neste ano, o projeto foi concluído. A ênfase deste projeto recaiu na produção de conhecimento sobre o tema. Como desdobramento, foi elaborado novo projeto (*Gestão Escolar Democrática*), com caráter de intervenção. As atividades de elaboração de um conjunto didático (guia) e uma proposta de formação (curso) para técnicos de secretarias municipais de educação foram redimensionadas e incorporadas neste novo projeto, iniciado em outubro deste ano, o qual dependeu de negociações e definições de financiamento com a Fundação Ford e o Unicef.

3.4.2.3 Atividades, produtos, resultados

Foi elaborado um relatório de pesquisa sobre as políticas de democratização da gestão escolar de Porto Alegre, Recife e Minas Gerais. Este relatório foi discutido em dois seminários com técnicos, professores e conselheiros escolares de Recife e de Porto Alegre. Produto:

- GHANEM, Elie. **Participação popular na gestão escolar** : três casos de políticas de democratização. São Paulo : Ação Educativa, 1996. 117 p. [tiragem: 20]

Resumo desse relatório foi reproduzido pela Secretaria de Educação e Cultura do Recife e distribuído a 150 participantes do Grupo de Trabalho sobre Gestão Participativa, na 3ª Conferência Municipal de Educação.

Com o mesmo título, foi elaborada uma versão do relatório na forma de artigo, a ser publicado na *Revista Brasileira de Educação*, no início de 1997.

3.4.2.4 Participação em eventos

EVENTO	DATA/LOCAL	PARTICIPANTES
<p><i>Apresentação da pesquisa:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Simpósio Catarinense e 1º Simpósio Sul-brasileiro de Administração da Educação • Reunião Anual da ANPED em seção especial • Seminário da Anpae/Sudeste (Associação Nacional de Política e Administração Educacional) 	<p>setembro Itajaí, SC</p> <p>setembro Caxambu, MG</p> <p>novembro Piracicaba, SP</p>	<p>120 participantes (administradores escolares, professores e especialistas)</p> <p>34 pesquisadores</p> <p>10 pesquisadores e professores</p>
12º Encontro Participativo: palestra sobre democratização da gestão escolar e interesse na participação	fevereiro Itabuna, BA	250 professores de 1º grau
Seminário específico sobre a pesquisa	abril Recife, PE	4 técnicos e 3 conselheiros escolares
Capacitação de conselheiros escolares municipais	abril Recife, PE	100 conselheiros

3.4.2.5 Limitações percebidas

A principal limitação do projeto concluído foi dada por seu próprio intuito de produzir conhecimento. Pretende-se superá-la com o novo projeto, que associa produção de subsídios, formação de técnicos e assessoria local (a servidores e usuários de três escolas no município de São Paulo).

3.4.3 Políticas de Educação Básica de Jovens e Adultos

3.4.3.1 Objetivo

Contribuir para a formulação e implementação de políticas públicas destinadas à democratização do acesso à EBJA.

3.4.3.2 Destaques, inovações, modificações

Os esforços se concentraram no processo preparatório da 5ª Conferência Internacional de Educação de Adultos, que se constituiu em boa oportunidade de mobilização. O governo federal empreendeu uma ofensiva contra os direitos educativos, composta, entre outras, do lançamento do programa Alfabetização Solidária (de caráter focalizado e compensatório), do adiamento da Conferência Latino-americana e da aprovação da Emenda Constitucional nº 14/96. Neste quadro, embora o resultado originalmente esperado com o projeto fossem políticas públicas que ampliassem o acesso à EBJA, o que se conseguiu foi resistir a limitações desse acesso. Os encontros preparatórios permitiram uma relativa rearticulação dos que atuam em EBJA, contribuindo para aumentar as chances de preservar direitos (e recursos) na discussão da lei de regulamentação da Emenda Constitucional nº 14/96. Essa rearticulação também levou a uma atualização de contatos e de cadastro, útil para manter e desenvolver a comunicação entre os que atuam no campo correspondente a este projeto.

A concentração de esforços nas atividades mencionadas, entretanto, prejudicou a finalização dos estudos sobre políticas municipais de Porto Alegre, Diadema e Recife, que precisou ser adiada.

3.4.3.3 Atividades, produtos, resultados

Ação Educativa passou a fazer parte do colegiado de coordenação da Raaab (Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora no Brasil), na qual assumiu a responsabilidade pela edição da revista *Alfabetização e Cidadania*, efetivada pela área temática Ações Coletivas e Políticas Públicas juntamente com a área temática Educação Básica de Jovens e Adultos.

Foram publicados dois números da revista, um de abordagem geral, sobre concepções e práticas de alfabetização, e o outro sobre a diversidade dos educandos (mulheres, negros, presidiários, índios, adolescentes marginalizados, trabalhadores rurais e trabalhadores da construção civil). Cada número da revista tem tiragem de mil exemplares.

Foi prestada assessoria à Secretaria de Estado da Educação de Mato Grosso, para diagnóstico do ensino supletivo estadual e fornecimento de materiais de subsídio à qualificação da sua equipe técnica, a fim de aperfeiçoar os serviços escolares públicos. Produto:

- EXPOSIÇÃO de motivos visando à modificação da regulamentação estadual do ensino supletivo no Estado do Mato Grosso. (minuta)
- BIBLIOGRAFIA selecionada para a formação de educadores de jovens e adultos do Mato Grosso. (bibliografia qualificada)

Também foi prestada assessoria à Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (RS), para avaliação do Serviço de Educação de Jovens e Adultos, junto a 170 participantes (dirigentes, técnicos e professores).

Iniciou-se a realização de pesquisa bibliográfica sobre juventude e escolarização, juntamente com o Setor de Documentação. Desse modo, ampliando e atualizando o acervo, subsidiaram-se as demais atividades de *Ação Educativa*, que se qualifica junto a seus interlocutores. Foram identificados, recuperados e indexados 900 novos títulos surgidos entre 1986-1995.

Ação Educativa participou de três reuniões da Comissão Nacional de Educação de Adultos (consultiva do Ministério da Educação), nas quais foi abordada a definição de critérios de distribuição de recursos federais a programas educacionais, a Proposta de Emenda à Constituição PEC-233 e a preparação da 5ª Conferência Internacional de Educação de Adultos.

A pedido do Ministério, participou em três encontros regionais e um nacional preparatórios da 5ª Conferência Internacional de Educação de Adultos. Cada encontro regional contou sempre com quatro delegados por estado, um representando a sociedade civil, um da universidade, um do governo estadual e um dos governos municipais. Para esses eventos, *Ação Educativa* prestou apoio à elaboração das programações e à redação dos documentos finais.

Encontro Regional do Nordeste (Salvador, BA), 50 participantes;

Encontro Regional do Norte e Centro-oeste (Campo Grande, MS), 50 participantes;

Encontro Regional do Sul e Sudeste (Curitiba, PR), 50 participantes;

Encontro Nacional (Natal, RN), 100 participantes.

3.4.3.4 Participação em eventos

EVENTO	DATA/LOCAL	PROMOÇÃO	PÚBLICO
Reunião técnica para discussão do termo de referência do Sistema Nacional de Formação de Formadores para educação profissional	março São Paulo, SP	Ministério do Trabalho	
1º Seminário sobre analfabetismo na Zona Leste	abril São Paulo, SP	Centro de Estudos e Defesa da Valorização da Zona Leste	22 militantes de organizações comunitárias
No Seminário Internacional de Educação e Escolarização de Jovens e Adultos: <ul style="list-style-type: none"> • Palestra sobre Gestão Democrática na educação de jovens e adultos • Palestra sobre Políticas de Educação de Jovens e Adultos • Palestra sobre Currículo para Educação Básica de Jovens e Adultos 	maio São Paulo, SP	Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário	500 participantes 400 participantes 400 participantes
Oficina sobre Alternativas para Educação de Jovens e Adultos	maio Santo André, SP	Escola de Governo do Grande ABC	30 educadores

EVENTO	DATA/LOCAL	PROMOÇÃO	PÚBLICO
Reunião da Associação de Moradores da Favela Jardim Jaraguá (prep. ao 2º Sem. sobre Analf. na Zona Leste)	maio São Paulo, SP	Associação de Moradores	3 dirigentes e 20 moradores
Reunião da Região Sudeste do Ceaal	julho Santa Cruz de la Sierra, Bolívia	Ceaal	8 representantes de ONGs filadas
Reunião Anual da SBPC: apresentação de estudo de caso sobre políticas de educação básica de jovens e adultos de Porto Alegre, RS	julho São Paulo, SP	SBPC	50 participantes (professores, estudantes, pesquisadores).
Conferência Nacional de Educação: debate sobre políticas públicas de educação de jovens e adultos	agosto Belo Horizonte, MG	CNE	200 participantes (professores, dirigentes e técnicos)
2º Seminário sobre analfabetismo na Zona Leste: palestra e debate	agosto São Paulo, SP	Centro de Estudos e Defesa da Valorização da Zona Leste	110 participantes (alfabetizadores alunos de magistério de 2º grau, líderes de associações de moradores)
Semana Cultural da Fundação Santo André: mesa redonda sobre educação de jovens e adultos	outubro Santo André, SP	Fundação Santo André	30 estudantes de pedagogia e de magistério de 2º grau
Encontro Municipal pela valorização da educação: mesa redonda sobre relação entre qualidade e financiamento da educação	outubro Mauá, SP	Apeoesp Subsede de Mauá da	50 participantes (professores, líderes sindicais, pais de alunos e estudantes)
Seminário sobre educação básica de jovens e adultos	outubro São Luiz, MA	Universidade Federal do Maranhão	15 professores e estudantes e pós graduação
1º Seminário Universidade e Educação Básica de Jovens e Adultos: <ul style="list-style-type: none"> • conferência de abertura sobre Educação de Jovens e Adultos no Brasil • mesa redonda sobre a pesquisa em educação de jovens e adultos 	novembro Belo Horizonte, MG	Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais	100 participantes (estudantes, professores e pesquisadores) 100 participantes (estudantes, professores e pesquisadores)
Reunião do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Educação (Consed): exposição sobre as relações entre a União e os Estados na promoção da educação de jovens e adultos	abril São Luiz, MA	Consed	Secretários de Estado de Educação

3.4.3.5 Limitações percebidas

Uma grande limitação do projeto é que a Raaab é frágil para enfrentar os desafios postos para a necessária pressão política. É preciso que *Ação Educativa* busque alternativas para colaborar para que aquela rede ganhe organicidade, tanto reunindo e sistematizando experiências de trabalho educacional quanto viabilizando um meio de comunicação mais ágil e contínua.

4. EDUCAÇÃO BÁSICA DE JOVENS E ADULTOS

4.1. Objetivos e estratégias

Esta área visa a qualificação de programas de educação básica dirigidos a jovens e adultos, na perspectiva de ampliar e melhorar o atendimento de segmentos sociais tradicionalmente excluídos do acesso à escola e permanência nela. Esse objetivo vem sendo perseguido por meio de três linhas de ação: a) elaboração e divulgação de subsídios pedagógicos; b) formação de educadores e assessoria pedagógica a programas governamentais ou organizados no âmbito da sociedade civil; c) pesquisas que fundamentam orientações pedagógicas.

Na linha de produção de subsídios, finalizamos a proposta curricular para educação de jovens e adultos referente às séries iniciais do ensino fundamental, negociamos sua co-edição junto ao Ministério da Educação, além de participarmos de vários eventos visando a sua divulgação. Na linha de formação, demos continuidade às assessorias ao programa de EBJA do município de Campinas - SP, ao Conselho Comunitário de Campo Limpo, São Paulo, SP, além de oferecer cursos a outros programas governamentais e não-governamentais. Na linha da pesquisa, o foco principal foi o desenvolvimento do estudo sobre analfabetismo funcional de jovens e adultos no município de São Paulo, integrando projeto de pesquisa latino-americano coordenado pela Unesco, do qual participam sete países da região.

Elaboramos ainda dois novos projetos de pesquisa e demos início às atividades a eles correspondentes: um sobre currículos de EBJA referentes às séries finais do ensino fundamental e outro sobre formação de educadores.

A pesquisa sobre currículos de educação de jovens e adultos referentes às séries finais do ensino fundamental responde à necessidade de darmos continuidade aos trabalhos que temos realizado na área. Tendo já estabelecido uma proposta para as séries iniciais, reuniremos subsídios para estendê-la para as séries finais, abarcando o conjunto do ensino fundamental. Nessa fase será dada uma atenção especial à relação entre ensino fundamental, qualificação profissional e educação para a cidadania.

A pesquisa sobre formação de educadores é um estudo de caso de programa realizado pelo município de Santos, indicado por órgão do Ministério da Educação como experiência bem-sucedida na área. A iniciativa corresponde à intenção, expressa no planejamento de 1996, de ampliar o nosso campo temático, passando a focalizar a formação de educadores como uma modalidade específica de educação de adultos, para a qual devemos dar prioridade.

4.2. Balanço dos avanços e das limitações

Realizamos todas as atividades previstas para 1996, além de outras que nos foram propostas no período e que consideramos serem desdobramentos pertinentes aos nossos objetivos. Não pudemos, entretanto, cumpri-las dentro do cronograma planejado, especialmente nos casos em que dependemos de acordos ou de liberação de verbas por parte do Ministério da Educação ou de agências nacionais de fomento à pesquisa.

Com relação à proposta curricular, consideramos acertada a decisão de editá-lo junto com o Ministério, apesar dos atrasos que isso ocasionou. Ganhamos em termos de visibilidade e respaldo político ao documento, além de viabilizar sua distribuição gratuita para um grande número de usuários. Com a distribuição provisória que estamos realizando, com

fotocópias ou disquetes, já podemos constatar o significativo impacto da divulgação da proposta.

As pesquisas sobre o programa de formação de educadores de Santos e sobre currículo para as séries finais de educação de jovens e adultos iniciaram-se apenas em novembro e dezembro, quando foram liberadas as verbas a elas destinadas, devendo ser concluídas só no ano que vem. A pesquisa sobre analfabetismo funcional, prevista para terminar em dezembro, também sofreu atraso, ocasionado pelo alongamento das atividades de processamento a cargo da Unesco, cujos consultores tiveram de trabalhar intensamente para estabelecer uma metodologia de análise estatística que viabilizasse a comparação dos resultados entre os vários países envolvidos.

As atividades de assessoria e formação foram cumpridas dentro do cronograma estabelecido com os parceiros. Por meio delas pudemos levantar dados importantes sobre o funcionamento dos programas, as características de seus educandos, as propostas pedagógicas mais adequadas para garantir a aplicação dos novos conhecimentos por parte dos educadores. Entretanto, não conseguimos sistematizar e divulgar essas experiências, tal como tínhamos planejado, nesse caso por deficiências organizacionais nossas. Como nossos objetivos com esse projeto abarcam tanto a qualificação dos programas de educação de jovens e adultos como a divulgação de modelos eficazes de formação de educadores, devemos no próximo ano superar essa falha, consolidando nossa experiência também com subsídios colhidos por meio da atividade de pesquisa dentro da temática.

4.3. Perspectivas de ação

Além de dar continuidade a atividades em andamento e dedicar maior atenção ao tema da formação de educadores, devemos iniciar no próximo ano o processo de produção de materiais didáticos para educação de jovens e adultos. No nosso plano trienal, a produção de materiais didáticos na forma de guias para educadores e alunos foi proposta como meta prioritária. Não pudemos até então nos dedicar mais sistematicamente a essa tarefa devido ao alongamento das atividades em torno do currículo. Agora, com o currículo consolidado, estamos em boas condições de produzir materiais didáticos por ele orientados. Para tanto, as atividades de assessoria e formação que realizarmos no próximo ano deverão ser orientadas por essa meta, ou seja, devemos aproveitar o contato com programas de educação de jovens e adultos que assessoramos para aplicar experimentalmente os materiais didáticos, à medida que forem sendo produzidos.

Também deverão ganhar maior destaque no próximo período as atividades voltadas à análise e proposição de modelos para a formação de educadores, sempre tendo em mente a melhoria da qualidade dos serviços educativos a que têm acesso os segmentos mais desfavorecidos da população, os sistemas públicos de ensino ou programas não-governamentais dirigidos a grupos populares.

4.4. Projetos desenvolvidos

4.4.1. Subsídios para educação básica de jovens e adultos

4.4.1.1. Objetivos

O objetivo deste projeto é elaborar e divulgar subsídios instrumentais, que apoiem e orientem o trabalho de agentes dedicados à educação de jovens e adultos, ampliando o impacto de nossa ação para além dos grupos que assessoramos diretamente. O público prioritário do projeto são agentes que atuam na base de programas educativos, como educadores, coordenadores e técnicos. É esse público alvo que define as características dos materiais produzidos. Neles, procuramos traduzir teorias elaboradas nos campos da

pedagogia, psicologia e sociologia da educação em indicações instrumentais para os agentes envolvidos diretamente com a prática educativa, tomando também como parâmetro a reflexão sobre os problemas práticos que eles enfrentam em seu dia-a-dia, com os quais temos contato por meio de atividades de assessoria e formação.

4.4.1.2. Destaques, inovações, modificações

A principal atividade realizada no ano foi a conclusão da proposta curricular para as séries iniciais do ensino fundamental, incorporando sugestões colhidas por amplo processo de consulta. Elaboramos outros materiais como desdobramentos e divulgamos em vários eventos, atividades que devem ter continuidade no próximo ano.

4.4.1.3. Atividades, produtos, resultados

No ano passado, nossa proposta curricular já foi submetida a educadores ligados a programas de educação de jovens e adultos e a especialistas de várias regiões do país. No início desse ano, o texto foi submetido ainda à Comissão Nacional de Educação de Adultos, instância consultiva do Ministério da Educação, que reúne especialistas em educação, sindicatos e ONGs. Finalizamos o texto no mês de junho e, a partir de então, iniciamos as negociações com o Ministério para viabilizar sua produção. Essa negociação foi morosa e a produção gráfica só pôde ser iniciada em novembro, devendo a publicação estar pronta para ampla distribuição no ano de 1997. Enquanto isso, temos distribuído a proposta curricular a diversas pessoas que a solicitam, em fotocópias ou disquetes.

Nesse período, o Ministério da Educação solicitou-nos uma consultoria sobre instrumentos de avaliação para diagnóstico de habilidades de leitura, escrita e matemática em jovens e adultos. Essa consultoria resultou na elaboração de um guia, contendo orientações de como realizar diagnósticos das necessidades de aprendizagem de jovens e adultos e como organizar programas de educação básica para essa população, que o Ministério pretende distribuir nas regiões mais carentes do país.

Como desdobramento do currículo, elaboramos um parecer sobre instrumentos de avaliação diagnóstica desenvolvidos por uma equipe de pesquisadores na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, baseados nos parâmetros estabelecidos na proposta curricular e em nossa experiência com avaliação no ensino de jovens e adultos.

Ao longo do ano, participamos de vários eventos proferindo palestras sobre a proposta curricular ou sobre temas pedagógicos de educação de jovens e adultos. Ao todo, realizamos doze intervenções dessa natureza, duas em eventos de âmbito internacional, três em eventos de caráter regional, tendo como público agentes de vários municípios e programas, e sete em eventos de âmbito local, dirigidos a agentes de um programa específico (Quadro 1). Desses eventos, a quase totalidade tinha como público majoritário professores e técnicos, ou seja, agentes que atuam diretamente com os educandos; dois deles tiveram um público mais restrito, constituído de dirigentes, pesquisadores e especialistas.

Nas atividades de formação que desenvolvemos, a proposta curricular passou a ser a referência básica. Assim, acompanhamos algumas experiências de desenvolvimento e aplicação da proposta curricular, podendo avaliar em que medida o texto é de fato acessível e instrumental para os educadores. As avaliações que temos recebido nesse sentido são positivas.

Temos também notícias de outros programas que utilizaram a proposta curricular como referência para elaborar seus projetos pedagógicos. Recebemos em nosso setor de Documentação dois documentos oficiais recentes, contendo diretrizes curriculares para educação de jovens e adultos, um publicado pela Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Norte e outro pela Secretaria Municipal de Educação de Rio Branco (AC). Neles encontramos menções à proposta curricular elaborada por *Ação Educativa* como

fonte de referência. A proposta foi citada também como referência de um material didático recentemente elaborado pela Secretaria Estadual de Educação da Bahia.

Outro produto desse projeto foi a elaboração de oito artigos publicados em revistas ou livros dirigidos especialmente a agentes que atuam no campo da educação de jovens e adultos (Quadro 2).

4.4.1.4. Perspectivas

Sabe-se que, para implantar propostas curriculares, além de documentos que expressem objetivos e conteúdos educativos de uma forma clara e instrumental, é preciso também criar as condições organizativas e materiais que favoreçam sua implementação. Um dos fatores que tem peso significativo entre essas condições de implementação é a disponibilidade de materiais didáticos coerentes com as intenções educativas expressas na proposta curricular. Considerando as condições limitadas em que trabalham os educadores, em especial os educadores de jovens e adultos, a disponibilidade de bons materiais didáticos é complemento essencial em qualquer iniciativa de qualificação de programas educacionais.

Devemos estabelecer como prioridade desse projeto, para o ano de 1997, a elaboração de materiais didáticos na forma de guias de ensino/aprendizagem para educadores e educandos. Paralelamente, tendo já publicado a proposta curricular e o guia sobre diagnóstico de necessidades de aprendizagem, devemos investir em ampliar a divulgação dessas publicações e acompanhar, na medida do possível, os impactos e as limitações de materiais dessa natureza.

Quadro 1
PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

• Eventos em âmbito internacional					
Evento	Intervenção	Data	Local	Promoção	Público-alvo
Seminário Los Nuevos Desarrollos Curriculares en Educación con Jóvenes y Adultos	Conferência: Currículo EJA - coment. segundo experiência no Brasil	22/01/96	Monterrey - México	Unesco / Ceaal	35 especialistas
Seminário Internacional de Educação e Escolarização de Jovens e Adultos	Palestra: Ensino fundamental de jovens e adultos - idéias em torno do currículo	07/05/96	São Paulo - SP	MEC / Ibeac	400 participantes (educadores, estudantes, especialistas e dirigentes)
• Eventos em âmbito regional					
Evento	Intervenção	Data	Local	Promoção	Público-alvo
Encontro Regional de Educação de Jovens e Adultos / Nordeste	Palestra: EJA, condicionantes e desafios	12/06/96	Salvador - BA	MEC / Secretaria Estadual de Educação	35 técnicos e pesquisadores
Congresso de Alfabetização do Triângulo Mineiro e Alto Parnaíba	Oficina: diversidade de textos na alfabetização	31/07/96	Uberlândia - MG	Universidade Federal de Uberlândia	80 participantes (professores e técnicos)

• Eventos em âmbito regional (cont.)					
Evento	Intervenção	Data	Local	Promoção	Público-alvo
Congresso de Alfabetização do Triângulo Mineiro e Alto Parnaíba	Conferência: O currículo de educação de jovens e adultos e seu desenvolvimento	01/08/96	Uberlândia - MG	Universidade Federal de Uberlândia	100 participantes (professores, diretores e técnicos)

• Eventos em âmbito local					
Evento	Intervenção	Data	Local	Promoção	Público-alvo
Semana de Planejamento da Fumec - Fundação Municipal de Educação Comunitária	Palestra: Projetos temáticos e a definição de objetivos e conteúdos educativos	05/02/96	Campinas - SP	Secretaria Municipal de Educação de Campinas	200 professores e coordenadores do programa
Semana de Planejamento da Fumec - Fundação Municipal de Educação Comunitária	Palestra: Fundamentos do currículo na área de Estudos Sociais	06/02/96	Campinas - SP	Secretaria Municipal de Educação de Campinas	220 professores e coordenadores do programa
II Seminário de Educação de Jovens e Adultos	Palestra: Currículo para EJA	17/05/96	Diadema - SP	Sindicato dos Metalúrgicos do Grande ABC / Secretaria Municipal de Educação	200 participantes (professores e diretores de escola)
III Seminário de Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos	Palestra: Currículo para EJA	30/05/96	Goiânia - GO	Secretaria Municipal de Educação	140 professores
Semana de Educação de Jovens e Adultos	Palestra: O ensino de Língua Portuguesa para jovens e adultos	26/09/96	Rio de Janeiro - RJ	Secretaria Estadual de Educação	50 professores
II Seminário de Educação Básica de Jovens e Adultos	Palestra: Desenvolvimento o curricular para EJA	17/12/96	Maceió - AL	Secretaria Municipal de Educação	100 professores e técnicos
Seminário Técnico Sobre Analfabetismo Funcional	Exposição de parecer e participação em discussão	30/07/96	Rio de Janeiro - RJ	PUC- RJ	20 pesquisadores e técnicos

Quadro 2
TEXTOS PRODUZIDOS

Para publicação ampla:	
Tipo	Referência bibliográfica
Livros/guias	RIBEIRO, Vera M. <i>Educação de jovens e adultos: proposta curricular para o primeiro segmento do ensino fundamental</i> . São Paulo ; Brasília : Ação Educativa ; MEC. 150 p. (prelo)
	VÓVIO, Cláudia, JÓIA, Orlando. <i>Alfabetização de jovens e adultos : diagnosticando necessidades de aprendizagem</i> . Brasília : MEC. (prelo)
Artigos	ALMEIDA, Neide. Letramento ou alfabetização? <i>Alfabetização e Cidadania</i> , Brasília, n. 3, p. 53-58, ago 1996. Resenha de KLEIMAN, Ângela. (Org.) Os significados do letramento : uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas : Mercado de Letras, 1995.
	JOIA, Orlando. Quatro questões para a educação matemática dos jovens e adultos. In: JORNADA DE REFLEXÃO E CAPACITAÇÃO SOBRE A MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE JOVENS E ADULTOS, 24 a 28 out. 1995, Rio de Janeiro. [Anais]... Brasília : MEC, 1996. p. 25-34.
	JOIA, Orlando. <i>Uma dúzia de textos em educação matemática</i> . São Paulo, 1996. 5 p. Resenha da JORNADA DE REFLEXÃO E CAPACITAÇÃO SOBRE A MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE JOVENS E ADULTOS, 24 a 28 out. 1995, Rio de Janeiro. [Anais]... Brasília : MEC, 1996.

Tipo	Referência bibliográfica
Artigos	RIBEIRO, Vera M. Elaboração de projeto curricular para educação básica de jovens e adultos : comentários sobre uma experiência no Brasil. In: OSORIO, Jorge, RIVERO, José (Orgs.). <i>Construyendo la modernidad educativa en América Latina</i> . Santiago : Ceaal/Unesco/Tarea, 1996.
	RIBEIRO, Vera M. Ensino fundamental de jovens e adultos : idéias em torno do currículo. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, maio 1996, São Paulo. [Anais]... São Paulo ; Brasília : Ibeac ; MEC. (prelo)
	RIBEIRO, Vera M. Alfabetização de jovens e adultos : diversidade de sujeitos. <i>Alfabetização e Cidadania</i> , Brasília, n. 4, dez 1996. (prelo)
	VOVIO, Claudia. Lendo e escrevendo : os textos na alfabetização de jovens e adultos. In: ESCUELA, educación. Santiago : Ceaal, 1995. p. 21-28. (Materiales para formación de educadores desde la educación popular, 3)
	VÓVIO, Claudia. Uma boa notícia. <i>Alfabetização e Cidadania</i> , Brasília, n. 3, p. 59-62, ago. 1996. Resenha de BARRETO, Vera, LAJOLO, Marisa. Poetizando. São Paulo : Vereda, 1994 / BARRETO, Vera (Org.). Confabulando. São Paulo : Vereda, 1994. / BARRETO, Vera (Org.). Historiando. São Paulo : Vereda, 1995.
	Para público restrito
Parecer	JOIA, Orlando. <i>Comentários sobre níveis e conteúdos de alfabetismo adulto : uma proposta de avaliação diagnóstica</i> . São Paulo, 1996. 8 p.

4.4.2. Formação de Educadores

4.4.2.1. Objetivos

O objetivo desse projeto é qualificar equipes pedagógicas de programas de educação de jovens e adultos, além de desenvolver e divulgar modelos de formação de educadores. O

contato direto com programas educativos tem nos fornecido elementos para a produção de subsídios, assim como oportunidade para experimentarmos sua eficácia.

4.4.2.2. Destaques, inovações, modificações

Demos continuidade a assessorias de longo prazo a dois grandes programas de educação de jovens e adultos (Fumec e Ibeac), além de realizar atendimentos mais pontuais. Em todas essas atividades, utilizamos a proposta curricular elaborada por *Ação Educativa* como referência. Realizamos também levantamentos empíricos sobre a situação de um dos programas (Fumec), dos quais pudemos retirar indicações importantes para a continuidade do trabalho.

Quanto ao trabalho desenvolvido junto aos Conselhos Comunitários, destaca-se a formação continuada dos educadores da região de Campo Limpo, São Paulo - SP, onde também pudemos utilizar a proposta curricular como referência. Para esse programa, desenvolvemos instrumentos de avaliação diagnóstica e de acompanhamento do desenvolvimento das aprendizagens, habilitando os educadores para sua aplicação e análise. Essa atividade serviu como base para a elaboração do guia *Alfabetização de adultos, diagnosticando necessidades de aprendizagem*, solicitado pelo Ministério da Educação.

Paralelamente, elaboramos um projeto de pesquisa sobre programa de formação de educadores desenvolvido pela Secretaria Municipal de Santos-SP, que foi aprovado por agência financiadora nacional. Já iniciamos as atividades a ele relacionadas. Com essa iniciativa esperamos ampliar nossa participação no debate sobre formação de educadores em serviço, uma das questões-chave que se colocam no cenário das reformas educativas na América Latina.

4.4.2.3. Atividades, produtos, resultados

- Assessoria ao Programa de Educação Básica de Jovens e Adultos da Fundação Municipal de Educação Comunitária de Campinas - SP - Fumec.

O programa atende 4.052 jovens e adultos do município. Neste ano os beneficiários diretos de nossa ação foram os 31 coordenadores do projeto, que orientam o trabalho pedagógico de 200 professores. Durante o primeiro semestre, foram realizados cinco encontros com esses coordenadores, totalizando uma carga horária de 15 horas, com o objetivo de aperfeiçoar sua ação na supervisão dos projetos didáticos desenvolvidos pelos professores. Esses projetos constituem o núcleo de uma metodologia de trabalho recentemente implantada no programa com a nossa assessoria. Além disso, elaborou-se um conjunto de critérios para aprovação e certificação dos alunos. Essas atividades complementaram a organização de um currículo para o programa. Tendo já estabelecido esses parâmetros junto com a equipe, encerramos o processo no final do primeiro semestre, passando a oferecer a partir de então contribuições eventuais quando solicitadas.

- Assessoria aos Conselhos Comunitários de Ação Cultural apoiados pelo Instituto Brasileiro de Estudos de Ação Comunitária - Ibeac.

Os Conselhos Comunitários, com o apoio do Ibeac, desenvolvem programas de alfabetização e pós-alfabetização de jovens e adultos em mais de 43 municípios no estado de São Paulo, atendendo aproximadamente 16 mil alunos. Beneficiando diretamente 45 supervisores desses conselhos, realizamos cinco encontros de formação, nos quais oferecemos subsídios sobre conteúdos e metodologia nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática e Estudos Sociais. Esses encontros, que totalizaram uma carga horária de 80 horas, foram avaliados positivamente pelos participantes, por trazerem orientações de fácil aplicação na sala de aula. Paralelamente, realizamos uma pesquisa sobre o perfil e

prática pedagógica dos 640 monitores que integram o programa em mais de vinte municípios no estado de São Paulo.

Junto a um desses conselhos, o da região de Campo Limpo, no município de São Paulo, realizamos também vinte encontros quinzenais de três horas de duração com 40 monitores e cinco coordenadores. O objetivo foi subsidiar a atuação desses educadores, propiciando a reflexão sobre sua prática pedagógica, o estudo de algumas referências teóricas e a vivência de metodologias de ensino adequadas aos jovens e adultos. Além disso, realizamos, de modo complementar à formação, atividades de pesquisa sobre o processo de aprendizagem dos alunos e sobre o processo de formação dos educadores. Como resultado desse trabalho temos a elaboração e aplicação de instrumentos para caracterizar os educandos e seus conhecimentos sobre leitura e escrita, além da aplicação da proposta curricular desenvolvida por *Ação Educativa* e de modelos de atividade didática oferecidos pela assessoria.

Visando divulgar a proposta curricular e instrumentalizar equipes a desenvolvê-la e adaptá-la aos contextos regionais, organizamos e ministramos cursos de formação para educadores e equipes técnicas da Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso, da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia e para os alfabetizadores do Conselho Comunitário de Itapeva, no interior de São Paulo.

- Estudo de caso sobre o Projeto de Formação Permanente de Professores da Secretaria Municipal de Educação de Santos - SP

Com o objetivo de aprofundar nossos conhecimentos sobre modelos bem sucedidos de formação de educadores, elaboramos projeto de pesquisa que apresentamos ao Crie - Centro de Referência sobre Inovações Educacionais do Inep, órgão de pesquisa ligado ao Ministério da Educação. Em novembro o projeto foi aprovado e demos início às atividades por ele compreendidas, cujo encerramento está previsto para janeiro de 1997.

O projeto visa investigar e sistematizar as características e resultados de projetos cujo objetivo é elevar a qualificação dos professores das escolas municipais, com vistas a ampliar o atendimento, melhorar a qualidade do ensino e combater a exclusão. Trata-se de um projeto de curta duração, em que as informações serão levantadas por meio do estudo de documentos da Secretaria e entrevistas com seus profissionais.

Quadro 1
CURSOS E ENCONTROS DE ASSESSORIA

Natureza	Quantidade	Carga horária total	Programa / Região	Beneficiários diretos	Beneficiários indiretos
Curso	5	80h	Conselhos Comunitários de Ação Comunitária / Ibeac	45 supervisores	16 mil alunos
Encontros de formação	20	60	Conselho Comunitário de Campo Limpo, São Paulo, SP)	40 monitores 6 coordenadores	1.200 alunos
Curso	1		Conselho Comunitário da Região Sudeste do Estado de São Paulo	150 alfabetizadores	3.750 alunos
Encontros de Formação	5	15	Programa de EBJA da Fumec - Campinas	30 coordenadores	4.050 alunos

Natureza	Quantidade	Carga horária total	Programa / Região	Beneficiários diretos	Beneficiários indiretos
Curso	1		Secretaria Estadual de Educação do Mato Grosso	70 professores	
Encontro de formação	1		Secretaria Municipal de Goiânia	20 técnicos de programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA)	

Quadro 2
TEXTOS PRODUZIDOS

Para circulação restrita	
Tipo	Referência bibliográfica
Projeto	PROJETO de capacitação permanente da Secretaria Municipal de Educação de Santos : proposta para estudo de caso. São Paulo, 1996. 5 p.
Parecer	JOIA, Orlando. <i>Comentários sobre o Projeto Pró-Matemática na formação do professor</i> . São Paulo, 1996. 4 p.
Relatórios	VOVIO, Cláudia. <i>Perfil dos educadores do Programa de Alfabetização do Conselho Comunitário de Campo Limpo</i> . São Paulo, 1996. 12 p. + anexos.
	VOVIO, Claudia, JÓIA, Orlando. <i>Perfil do programa de alfabetização de jovens e adultos do Conselho Comunitário de Campo Limpo - Ibeac</i> São Paulo, 1996. 23 p..
	VOVIO, Claudia. <i>Relatório sobre o processo de formação de educadores do programa de alfabetização de jovens e adultos do Conselho Comunitário de Campo Limpo - Ibeac</i> . São Paulo, 1996. 13 p.

4.4.2.4. Perspectivas

No próximo período, devemos orientar as atividades de assessoria para a elaboração de materiais didáticos, além de perseguir a meta de analisar e difundir modelos de formação de educadores.

4.4.3. Pesquisa sobre Analfabetismo Funcional

4.4.3.1. Objetivos

Este projeto, que teve início em 1995, consiste na participação em projeto latino-americano coordenado pela Orealc – Escritório Regional de Educação para a América Latina e Caribe – da Unesco, do qual participam sete países. O projeto compreende duas etapas: um levantamento quantitativo e outro qualitativo. Com os dados quantitativos pretende-se mensurar o fenômeno do analfabetismo funcional, bem como levantar suas principais características: quem são os analfabetos funcionais em relação a sexo, idade, escolaridade, inserção social, qualificação profissional, competências sociais e profissionais. A etapa qualitativa pretende aprofundar a compreensão do fenômeno, por meio da realização de entrevistas em profundidade, investigando os usos que os sujeitos fazem da leitura, escrita e matemática, os significados que atribuem a essas práticas, as estratégias utilizadas para enfrentar situações que exigem essas habilidades e suas expectativas com relação à educação de adultos. Espera-se que esses dados tragam

indicações para a educação básica de jovens e adultos, assim como para políticas culturais voltadas para essas faixas etárias.

4.4.3.2. Destaques, inovações, modificações

As metas previstas para esse projeto vêm sendo cumpridas, mas não pudemos concluí-lo ainda esse ano devido a contratempos ocorridos no programa latino-americano. A Orealc, que ficou responsável pela análise estatística dos dados quantitativos dos países envolvidos, entregou os dados processados em seminário técnico ocorrido em setembro, tendo sido detectados problemas técnicos que afetavam as possibilidades de comparação, tendo os consultores da Orealc decidido realizar novos processamentos visando resolver esses problemas. Os resultados desse novo processamento ainda não foram entregues, e estamos aguardando-os para poder finalizar o relatório.

Por outro lado, avançamos significativamente no desenho e na execução da parte qualitativa da pesquisa. Além de entrevistas em profundidade, aplicamos a uma sub-amostra algumas tarefas de leitura, escrita e matemática para observarmos as estratégias utilizadas pelos sujeitos para a sua resolução. Espera-se que dados dessa natureza ajudem na interpretação dos resultados quantitativos, além de trazer elementos mais ricos para orientar práticas educativas relacionadas a esses conteúdos

4.4.3.3. Atividades, produtos, resultados

Nesse período, finalizamos a coleta de dados referente à primeira etapa da pesquisa. Foram realizadas mil entrevistas domiciliares, consistindo cada uma delas num questionário fechado com 227 variáveis, mais um teste de leitura com 36 itens. Concomitantemente, realizamos a codificação dos dados e sua digitação em planilha eletrônica, que foi enviada à Orealc.

Realizamos também leituras e sete seminários de estudo com a equipe de pesquisadores, visando o aprofundamento teórico do tema, de modo a preparar a equipe para aplicação dos instrumentos e análise dos dados coletados.

Em maio iniciamos a preparação da etapa qualitativa, com a seleção da sub-amostra, elaboração do roteiro de entrevista e treinamento da equipe responsável por sua aplicação. O trabalho de campo dessa etapa deu-se entre julho e outubro. Em agosto, iniciamos o processamento dos dados coletados, transcrevendo as entrevistas e dando início à análise dos dados.

No período, participamos de seminário técnico promovido pela Orealc, na cidade do México, reunindo os pesquisadores dos sete países envolvidos e outros especialistas, onde pudemos apresentar resultados parciais do nosso trabalho e participar das discussões sobre a metodologia de análise estatística proposta pela Orealc.

Nos meses de maio e setembro, tivemos ainda a oportunidade de contar com a presença de Isabel Infante, coordenadora do projeto, na sede de *Ação Educativa*, onde realizamos reuniões técnicas com objetivo de orientar os rumos da pesquisa.

Quadro 1
PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

• Eventos em âmbito internacional:					
Evento	Intervenção	Data	Local	Promoção	Público
4º Seminário da Pesquisa Regional sobre Analfabetismo Funcional	Apresentação de resultados preliminares e participação nos debates	2 a 6/9/96	México - DF	Orealc - Unesco	25 pesquisadores

Quadro 2
TEXTOS PRODUZIDOS

Para circulação restrita:	
Tipo	Referência bibliográfica
Relatórios	RIBEIRO, Vera et al. <i>Programa de Pesquisa Ciência e Tecnologia, Qualificação e Produção</i> : projeto 1 - subprojeto 2 : Analfabetismo Funcional - São Paulo. Relatório de atividades: fevereiro a junho de 1996. São Paulo, 1996, 8 p.
	FRANCO, Emília. <i>Pesquisa Analfabetismo Funcional - São Paulo</i> : resultados preliminares : questionário de dados pessoais. São Paulo, ago. 1996. 30 p.
	ALMEIDA, Neide. <i>Pesquisa Analfabetismo Funcional - São Paulo</i> : resultados preliminares : teste de leitura. São Paulo, ago. 1996. 38 p.

4.4.3.4. Perspectivas

No próximo período devemos encerrar a elaboração do relatório de pesquisa e divulgá-lo.

4.4.4. Pesquisa sobre Propostas Curriculares para Suplência II

4.4.4.1. Objetivos

O objetivo dessa pesquisa é levantar e analisar propostas curriculares para o segundo segmento do ensino fundamental para jovens e adultos (suplência II) e produzir subsídios para a formulação de uma proposta curricular atualizada, que leve em conta as necessidades dos jovens e adultos, especialmente aquelas vinculadas ao mundo do trabalho.

4.4.4.2. Atividades, produtos, resultados

O projeto foi elaborado no primeiro semestre desse ano e aprovado por agência nacional de fomento à pesquisa em junho. A primeira parcela do financiamento foi liberada em novembro, quando demos início às atividades a ele referidas.

Além de levantamento bibliográfico, que já foi iniciado, o projeto compreenderá atividades de análise de documentos, seminários com especialistas e dirigentes educacionais, elaboração de termo de referência para propostas curriculares.

Quadro 1
TEXTOS PRODUZIDOS

Para circulação restrita:	
Tipo	Referência bibliográfica
Projeto	JÓIA, Orlando. <i>Proposta curricular para a Educação Básica de Jovens e Adultos</i> : suplência II. São Paulo, 1996. 7 p.

4.4.4.3. Perspectivas

A conclusão do projeto está prevista para 1998, quando devemos iniciar trabalho de elaboração e divulgação da proposta curricular, aplicando os conhecimentos produzidos.

5. JUVENTUDE - EDUCAÇÃO, CULTURA, TRABALHO

5.1. Objetivos e estratégias

A área temática de Juventude de *Ação Educativa* tem como propósito contribuir para a inclusão e participação dos segmentos juvenis nos processos de ampliação e redefinição da cidadania que se desenvolvem na sociedade brasileira. Para isso, busca constituir um espaço de referência que contribua para a formulação de ações educativas e políticas voltadas para os jovens e, principalmente, para a potencialização e dinamização de grupos e atores juvenis.

Esses objetivos se estruturam em torno de três estratégias principais: a) dirigir-se a jovens e grupos juvenis com o sentido de potencializar sua capacidade de expressar questões próprias e de articular formas de enfrentá-las; b) subsidiar aqueles que se propõem a atuar junto a jovens com essa mesma perspectiva; c) reunir, formular e tornar disponível um conhecimento que forneça subsídios para a ação proposta nos dois itens anteriores.

5.2. Balanço dos avanços e das limitações

Em busca de respostas às questões formuladas para a área no final do ano de 1995 e para a definição de um projeto de constituição de um Centro de Formação Juvenil, avançamos na definição dos pressupostos, dos objetivos e do escopo principal da área, articulando uma definição do público-alvo, dos atores (existentes e potenciais) a quem queremos dirigir o foco da atuação, e a concretização dessa forma de atuação.

O público-alvo principal (embora não exclusivo) da área são os jovens dos setores populares urbanos, cujas questões são ainda pouco visíveis e permanecem pouco discutidas e para as quais os setores governamentais ou as organizações da sociedade civil raramente dirigem suas ações (à exceção das chamadas situações de risco). A perspectiva é dirigir-se principalmente a esse universo composto de sujeitos “difusos”, articulados em torno de questões próprias, buscando potencializar sua ação expressiva, para que surjam elementos que configurem demandas e que articulem meios de negociação pública destas. Visa também facilitar a relação entre esses sujeitos juvenis e demais atores envolvidos no processo de definição dos direitos, de modo a tornar visíveis para estes últimos as demandas e possíveis formas de participação juvenil, assim como subsidiá-los no delineamento das ações e políticas dirigidas aos jovens.

O projeto do Centro Juvenil foi desenhado para concretizar a dimensão da prestação de serviços (“atendimento direto”). No entanto, ainda não logrou um grau de precisão desejável para todas as questões suscitadas, (principalmente as relativas ao público alvo e à gestão), o que se buscará fazer no ano de 1997.

Um destaque da área no ano de 1996 foi a relação com o grupo de jovens *Solidária Idade*, que cresceu em importância e representa o seu primeiro resultado concreto, uma vez que a nossa atuação contribuiu diretamente para a consolidação de um sujeito juvenil com atuação social, embora ainda incipiente e de alcance limitado, mas com perspectivas de crescimento. Esse trabalho, com seus produtos e a atenção despertada na imprensa, tem proporcionado um aumento da visibilidade pública da área de juventude de *Ação Educativa*. Tal destaque, contudo, ressalta uma questão relativa ao foco da nossa definição estratégica, uma vez que o perfil desses jovens (de classe média e classe média

alta, na sua maioria) não corresponde àquele definido como alvo prioritário de nossa atuação.

Com relação à Base de Dados, deixamos de realizar muitas das atividades previstas, principalmente no sentido da qualificação de informações e da produção de reflexão, não tendo cumprido a decisão estratégica traçada, de avançar na compreensão do universo juvenil. Não logramos destinar os recursos humanos necessários para as atividades. O fato nos leva à consideração de que as tarefas de reflexão e elaboração só se tornarão viáveis se fizerem parte de um projeto de pesquisa, com recursos e pessoal definidos explicitamente para isso.

Como a área ainda está em constituição e as linhas de atividade em formatação, torna-se difícil prever com exatidão o caráter e o volume que as diferentes tarefas tomaram ao longo do processo. Isso aconteceu principalmente no plano das assessorias e das articulações, que dependem muito da dinâmica dos próprios grupos com quem nos relacionamos; no ano de 1996 elas tomaram tempo muito maior do que o previsto, em prejuízo de outras atividades programadas, tais como as da Base de Dados. No entanto, julgamos que o atendimento às demandas dispersas é importante para a constituição da área, pois permite recolher informações para o mapeamento do campo de atores envolvidos com o tema, suas características e demandas, assim como para visualizar as possibilidades de articulações e redes que podem vir a ser montadas.

5.3. Perspectivas de ação da área

A discussão processada em relação ao projeto do Centro Juvenil no final do ano apontou para a dificuldade de *Ação Educativa* bancar a gestão e manutenção de um Centro tal como o desenhado originalmente. A perspectiva apontada é a de buscar realizar tal projeto em parceria com uma instituição sólida ou com um governo local que ofereça estrutura para isso e que esteja interessado em desenvolver uma ação com jovens no mesmo sentido proposto por nós. Para tanto devemos iniciar o ano de 1997 propondo uma série de articulações, em busca de tal parceiro; as possibilidades mais fortes vão na direção das prefeituras de municípios da Grande São Paulo, que estarão, nesse período, montando seus programas de governo.

Por outro lado, definimos que esta área deve constituir-se como um “centro de referência em juventude” e para isso devemos incrementar a potencialidade da sua Base de Dados e a sua capacidade de promover a qualificação e o conhecimento a respeito do tema, assim como propor assessorias mais continuadas e permanentes a pelo menos mais um grupo de jovens e a um que desenvolva ações para jovens. Com isso, pretendemos adquirir experiência e material de reflexão para a consolidação de nossa capacidade de oferecer apoio e subsídios ao fortalecimento de atores nesse campo.

5.4. Projetos (linhas) desenvolvidas

5.4.1. Base de Dados

5.4.1.1. Objetivos

O objetivo é reunir, qualificar e tornar disponíveis informações sobre juventude que permitam avançar na compreensão dos fenômenos que compõem a condição juvenil no Brasil. É constituída de quatro bancos interligados: a) Banco Bibliográfico (livros, monografias, artigos de periódicos boletins, vídeos etc.); b) Banco de Notícias (matérias publicadas na imprensa de todo o país); c) Banco de Experiências (experiências de grupos juvenis e de ações dirigidas a jovens); d) Cadastro (grupos juvenis, pessoas e instituições que desenvolvem ações para jovens). Além da dimensão da documentação

propriamente dita, esse projeto prevê o desenvolvimento de atividades de intercâmbio, debate, pesquisa e divulgação de informações.

5.4.1.2. Destaques, inovações, modificações

As atividades relativas à Base de Dados em Juventude têm sido realizadas em conjunto com o setor de Documentação de *Ação Educativa* e da equipe da Profa. Marília Spósito, da Faculdade de Educação da USP. Neste ano foi reestruturada a divisão e a dinâmica das tarefas envolvidas na alimentação dos diferentes bancos; no último trimestre conseguimos dar seguimento à alimentação de forma satisfatória. Atualmente, a alimentação do Banco Bibliográfico e a do Banco de Notícias é feita por *Ação Educativa* (setor de Documentação e área de Juventude); a do Banco de Experiências pela equipe da Profa. Marília Spósito e o Cadastro pelas duas. Os próprios bancos ainda estão sofrendo reformulações em sua definição conceitual e em seu desenho, enquanto vão sendo alimentados.

5.4.1.3. Atividades

O Banco Bibliográfico foi alimentado de forma constante, com a inserção de novos registros, incorporando os documentos já existentes ou adquiridos ao longo do ano.

O Banco de Notícias foi reconceituado; a indexação de 1995 foi completada; e a de 1996 foi retomada e está atualizada, embora faltem ainda três meses do primeiro semestre para serem indexados.

O Banco de Experiências foi reavaliado e reformatado, o que implicou em ser reindexado, não tendo ainda sido indexados os registros relativos a 1996.

Foi criada a ficha de entidades, as quais poderão agora alimentar o Cadastro.

Uma nova versão do *thesaurus* foi discutida, com a colaboração da Profa. Maria de Fátima Tálamo, da Escola de Comunicações da USP.

5.4.1.4. Limitações percebidas

A maior parte dos bancos da Base ainda não está em condições de ser usada plenamente (a não ser o Banco Bibliográfico), mas a perspectiva é a de que isso possa acontecer, pelo menos parcialmente, a partir do próximo ano.

Em relação às atividades de reflexão (debates, *papers* e projeto de pesquisa) programadas, não chegamos sequer a esboçá-las (em parte por falta de capacidade de planejamento, em parte por não poder contar com o material da Base de Dados, que forneceria a matéria a partir da qual essas elaborações e reflexões poderiam ser feitas).

Na dimensão de comunicação e informação, realizamos algumas atividades de discussão e divulgação do tema, como palestras, comunicações em seminários e entrevistas para boletins impressos e em programas de televisão; e a publicação de um artigo numa revista de circulação restrita. A base para esse tipo de produção, no entanto, vem ainda mais do acúmulo pessoal dos assessores do que do acúmulo produzido pela Base de Dados.

5.4.2. Assessorias e Articulações

5.4.2.1. Objetivos

Pretende-se apoiar grupos juvenis para potencializar sua capacidade de exprimir questões e articular formas de enfrentá-las, e sensibilizar, problematizar e subsidiar agentes (atores sociais, formuladores de políticas, agentes educacionais) que se propõem a atuar com jovens, para que se orientem no mesmo sentido. Com o objetivo de introduzir e qualificar o tema da juventude no cenário público brasileiro, queremos propor e participar da constituição de redes para a troca de informações, de articulações para a realização de eventos de reflexão e de campanhas de mobilização.

5.4.2.2. Destaques, inovações, modificações

No plano para 1996, destacamos a assessoria ao grupo de jovens do *Fala Negão*, em torno da realização de um vídeo a respeito dos jovens da periferia. No entanto, essa assessoria não se realizou porque o grupo se dissolveu, em função de desentendimentos internos. O outro destaque era o grupo *Solidária Idade* que, por ter assumido um caráter especial, demandando um volume de trabalho muito maior do que o previsto inicialmente, foi conduzido como um projeto à parte (item 5.4.3).

Estava prevista uma assessoria à Secretaria de Cultura (Assessoria de Assuntos Comunitários) da Prefeitura de Diadema, para dar subsídio a ações desenvolvidas por esse órgão para o segmento juvenil do município. Embora tal demanda não se concretizasse integralmente, acompanhamos as atividades no intuito de conhecer e registrar a experiência ali desenvolvida. Coletamos documentos e registros, que devem ser sistematizados e transformados em texto para a memória e divulgação dessa experiência, que pode servir de pista para outros formuladores de políticas interessados nessa área.

No plano das articulações, vários eventos não previstos apontaram para uma mudança de perspectiva no cenário da tematização pública da juventude. Na maior parte, tais eventos dizem respeito a buscas de articulação e troca de informações e de abertura de projetos de atuação no tema da juventude por instituições antes voltadas para o tema das crianças e adolescentes em situação de risco (Unicef, Fundação Odebrecht etc.), ou de movimentos e organizações que começam agora a incorporar a preocupação com os jovens (como o movimento sindical), ou ainda mesmo de instâncias governamentais (dos diferentes níveis) que começam a se preocupar com a elaboração de políticas especificamente dirigidas aos jovens. Na maior parte das vezes tais iniciativas, de caráter exploratório, foram perpassadas pelas dificuldades resultantes das inúmeras diferenças de entendimento e perspectivas com relação à atuação nesse campo. Apesar de haver sido traçadas possibilidades de parceria entre as instituições presentes aos encontros, nenhuma ação ou resolução concreta foi definida ainda.

5.4.2.3. Atividades

- Participamos de reuniões com a assessora para assuntos comunitários da Secretaria de Educação de Diadema (responsável pelo trabalho de assessoria ao Fórum de Juventude); acompanhamos reuniões do Fórum, a preparação da II Semana de Juventude (outubro de 1996), oficinas do Projeto Hip-Hop e coordenamos a coleta de material para o registro da experiência.
- Participamos da reunião sobre “protagonismo juvenil”, convocada pelo Unicef, com a perspectiva de discutir o tema e buscar articular uma rede de instituições para potencializar a produção e troca de informações, a discussão da pertinência de uma campanha de mobilização e o estabelecimento de pontos para a definição da abertura de uma área de atuação do Unicef.
- Participamos da reunião convocada pelo Unicef e Fundação Odebrecht para discutir a possibilidade do lançamento de uma campanha de estímulo à criação de grêmios estudantis.
- Participamos de reuniões para a definição e preparação de um Seminário Latino-americano de Políticas para a Juventude (programado para outubro de 1997), convocadas pela Fundação Memorial da América Latina. Desse processo (um workshop e cinco reuniões de trabalho) tem participado um número significativo de fundações, ONGs, técnicos do governo e pesquisadores, tendo se desenvolvido uma discussão a respeito do quadro das ações dirigidas à juventude, na perspectiva de

definir uma proposta para o seminário – da qual consta a identificação de experiências que possam servir de referência para a elaboração de políticas públicas.

- Continuamos a prestar assessorias pontuais a pessoas, grupos e instituições cujas ações são dirigidas a jovens. Nesse ano, estabelecemos esse tipo de relação com membros da Pastoral da Juventude (a respeito do tipo de trabalho desenvolvido pela Pastoral e as especificidades das questões juvenis), com um assessor da Câmara de Vereadores de São Paulo (acerca das possibilidades de atuação parlamentar a respeito do trabalho infantil e juvenil), com assessores de duas centrais sindicais – CUT e Força Sindical – (a respeito do desenvolvimento de uma atuação específica do movimento sindical para jovens trabalhadores), com uma ONG de educação popular – Cedap, de Campinas – (a respeito das possibilidades de trabalho com juventude, etc.); além da leitura e indicação bibliográfica para alguns projetos de pesquisa na pós-graduação.
- Fizemos contatos (por correspondência, telefone ou em visitas) com instituições que desenvolvem ações nessa área, para o conhecimento mútuo, identificação de linhas de ação e avaliação de perspectivas de parcerias e/ou formas de intercâmbio e articulação. Entre outras: Fundação Mudes, Idac e Ibase no Rio de Janeiro; Assessoria Especial para Assuntos de Juventude, vinculada ao gabinete do Ministério da Educação; Andi (Agência Nacional em Defesa da Infância, DF); CUT e Força Sindical; Fundação Odebrecht; Abrinq; Fundação Fé e Alegria etc.

5.4.2.4. Limitações percebidas

Todas essas iniciativas sinalizam a emergência da preocupação de setores razoavelmente institucionalizados, do governo, da sociedade civil e das agências de cooperação, com a questão da participação e atuação juvenil e com a necessidade de formular respostas às demandas específicas desse setor. Nossa participação tem sido marcada pelo esforço de conceituação do tema e pela sensibilização com relação à necessidade de considerar os jovens como atores no processo de definição de seus direitos e das ações a eles endereçadas. Essa participação tem gerado expectativas com relação ao uso da nossa Base de Dados, especialmente do Banco de Experiências e do Cadastro de Entidades, que não temos podido atender, em razão de não estarem ainda disponíveis para consulta.

Essas expectativas, por outro lado, nos permitem perceber a existência de um campo propício para nossos projetos de divulgação de informações (como o boletim diário eletrônico e os outros previstos no projeto de comunicação) e para a constituição de uma rede de troca de informações, tal como havia sido proposto no Plano Trienal 1995-1997. Cabe-nos a tarefa de estruturar uma proposta nesse sentido, avançando na definição de parcerias a serem privilegiadas e de informações a serem priorizadas.

5.4.3. Solidariedade entre jovens

5.4.3.1. Objetivos

Este projeto visa a apoiar e estimular a constituição de um grupo de estudantes secundaristas que desenvolvam reflexões e ações em torno da solidariedade, dentro de um objetivo maior de fortalecimento da participação de atores juvenis na promoção da solidariedade e da justiça social, bem como na construção da democracia.

5.4.3.2. Destaques, inovações e modificações

Ao longo de 1996, o projeto ocupou um lugar de destaque na área: o número de jovens efetivamente envolvidos com o grupo *Solidária Idade* quintuplicou e as demandas por eles apresentadas exigiram um acompanhamento constante, com uma carga de trabalho bem mais volumosa do que supúnhamos.

O grupo, que no início do ano não passava de uns poucos jovens sonhando com uma organização juvenil para a solidariedade, hoje reúne aproximadamente 35 pessoas e já

realizou diversas ações diretas de solidariedade e atividades voltadas para a formação dos próprios estudantes.

5.4.3.3. Atividades, produtos, resultados

Nosso objetivo é auxiliar o *Solidária Idade* a construir as condições necessárias para uma atuação autônoma. No entanto, sua inexperiência no que diz respeito à organização tem feito com que nossa atuação venha se dando de forma ainda estreitamente vinculada ao grupo.

Em abril, lançamos o vídeo *Um Norte Para o Sul*, registrando a experiência que serviu de inspiração para os jovens paulistanos lançarem a idéia do *Solidária Idade*: a campanha desenvolvida há 32 anos pelos estudantes secundaristas da Noruega. O vídeo foi um importante instrumento usado pelos primeiros jovens do grupo para a divulgação de suas propostas junto às escolas.

As primeiras reuniões do grupo foram de nossa inteira responsabilidade: escolhemos o local, convocamos as pessoas, determinamos a pauta, elaboramos propostas, dirigimos cada encontro, elaboramos relatórios. Fomos também responsáveis pela organização de dois seminários. O primeiro deles – o seminário *Faça a Coisa Certa? Solidariedade entre Jovens*, realizado no final de abril – foi organizado em conjunto com os estudantes e contou com a participação de 70 estudantes, de dezoito escolas (treze particulares e cinco públicas) tornando-se o grande momento de discussão da proposta de ação solidária desenvolvida pelo núcleo inicial do grupo. O segundo – *Seminário sobre Educação no Brasil* realizado no final de junho – foi de nossa inteira responsabilidade e teve como objetivo a formação dos jovens no que diz respeito à educação no Brasil – tema escolhido para o ano de 1996.

Aos poucos, o grupo começa a assumir a responsabilidade por algumas dessas atividades. Mesmo assim, estivemos presentes em 90% de suas reuniões.

Além do apoio direto à organização do grupo, temos atuado no sentido de promover a formação de seus membros, tanto através da proposição de temas e textos para estudo, de pautas e textos de subsídio para a revista que publicaram em setembro, quanto através da interlocução direta com os jovens nas questões em foco.

Por fim, nossa atuação tem-se dado também no sentido de auxiliá-los a estabelecer relação com outros interlocutores: junto aos professores e às direções das escolas, à imprensa e a outros atores dos quais possam obter apoio ou com quem possam estabelecer parceria. Foi assim que o *Solidária Idade* obteve apoio financeiro para a publicação da revista. Foi assim, também, que estabeleceu contato com as fundações Abrinq e Fé e Alegria e, por meio delas, pôde chegar aos projetos educativos que, no segundo semestre, começou a apoiar. Da mesma forma, está em tramitação uma negociação junto ao *Yázigi International* com vistas à cessão de uma sala, de um *e-mail*, um fórum eletrônico privativo e um fórum aberto para o grupo.

5.4.3.4. Perspectivas

Para 1997, o *Solidária Idade* resumiu suas metas em : “estruturar, crescer, comunicar”. Para poder crescer de forma ágil, passará a estruturar-se em quatro comissões: atividades nas escolas, relação com projetos educativos, comunicação e Zona Leste. Esta última terá a difícil incumbência de viabilizar a proposta do grupo junto a escolas públicas. A de comunicação deverá pensar em formas ágeis e eficientes de comunicação com os alunos das diversas escolas; a comissão de projetos deverá buscar um aprofundamento na relação com os serviços educativos dirigidos a crianças e jovens que já estão apoiando e qualificar o mapeamento de novos projetos, procurando garantir que o grupo não seja instrumentalizado em suas ações e que estas sejam consentâneas aos princípios e objetivos do *Solidária Idade*. Por fim, a comissão de atividades nas escolas deverá

responsabilizar-se pela organização das mesmas e procurar formas de legitimar-se frente às direções escolares e obter espaço para suas ações.

Para nós, de *Ação Educativa*, o desafio é auxiliá-los a encontrar as melhores respostas a essas questões e, ao mesmo tempo, estabelecer uma estratégia de atuação que tenha como horizonte a autonomia do grupo.

5.4.4. Projeto do Centro Juvenil

5.4.4.1. Objetivo

O objetivo é constituir um Centro Juvenil, como um espaço para ações diretas com os jovens, principalmente por meio de atividades de informação e potencialização de sua capacidade de expressão e articulação de propostas de enfrentamento dos seus problemas.

5.4.4.2. Destaques, inovações, modificações

O desafio para 1996 era formatar uma proposta que consubstanciaria a dimensão do atendimento direto a jovens, reconceituando os objetivos e organização da área como um todo e, ao mesmo tempo, precisando de que forma tal projeto e a própria área de juventude se inseriam no projeto global de *Ação Educativa*.

Esse processo demandou um tempo longo de maturação, de pesquisa (bastante difícil, pela falta de material disponível) a respeito de outras experiências embrionárias desenvolvidas no Brasil e de modelos de centros juvenis em outros países e de interlocutores disponíveis para colaborar com observações e contrapontos ao projeto.

Por outro lado, a discussão dos pressupostos e definições norteadores do projeto entre o coletivo da instituição não se processou da forma mais satisfatória, de modo que, ao final do processo (em novembro de 1996) foram levantadas questões a respeito do caráter da proposta de atuação direta com os jovens – tanto em relação à sua adequação ao perfil e objetivos globais de *Ação Educativa*, como em relação à nossa capacidade para executá-la. Mais concretamente, foram levantadas questões a respeito do caráter das ações propostas (atividades de capacitação das formas de expressão, principalmente as de caráter cultural), que não estariam de acordo com a tradição e perfil da instituição, e sobre a possibilidade de manutenção financeira e de gestão cotidiana de um centro desse tipo por uma instituição da dimensão de *Ação Educativa*. A alternativa proposta foi a de procurar realizar o projeto em parceria com uma instituição sólida, ou com um governo local com estrutura para isso e com interesse em desenvolver uma ação com jovens no mesmo sentido proposto por nós. Dessa forma, a dimensão do atendimento direto a jovens seria realizado nesse plano e a área de juventude de *Ação Educativa* buscaria desenvolver atividades que fortalecessem sua dimensão como centro de referências sobre jovens.

5.4.4.3. Atividades

Fizemos um esboço de modelos existentes de centros juvenis, aqui e em outros países; por outro lado, procuramos estabelecer as linhas mestras de definição de uma proposta de atuação para a área de juventude, no interior da proposta global de *Ação Educativa*. Essas definições, explicitadas em documento escrito, foram discutidas entre assessores de *Ação Educativa*, num seminário em julho. Deste seminário saiu a recomendação de submeter a proposta esboçada a outros parceiros, “externos” a *Ação Educativa*, e, após as reformulações necessárias, realizar nova discussão para decidir a proposta geral.

Esse processo foi feito, acrescido da colaboração de uma consultoria da área da cultura (Marcos Boffa); da colaboração, através da discussão detalhada do projeto (Elmir de Almeida, Coordenador de Cultura do município de Diadema) e, ainda, com a contribuição inesperada e valiosa do Prof. François Dubet – professor de sociologia da

Universidade de Bordeaux – durante sua estada em São Paulo, que se dispôs a discutir conosco os pressupostos e objetivos da área e a proposta do Centro Juvenil.

Tal projeto foi novamente submetido à discussão em um segundo seminário, ao qual estiveram presentes os assessores de *Ação Educativa*, Marcos Boffa e Elmir de Almeida. A partir daí, foram realizadas várias reuniões entre assessores e secretaria executiva de *Ação Educativa*, até formatar a alternativa já relatada de buscar realizar tal projeto em parceria com outra instituição.

5.4.4.4. Perspectivas

Os desafios são os de encontrar um parceiro para a realização do projeto do Centro Juvenil, que tenha condições para garantir sua manutenção e gestão e, ao mesmo tempo, interesse em imprimir o mesmo tipo de orientação definido por nós. Para encontrar tal parceiro estamos propondo-nos a estabelecer contato com as equipes dos governos municipais que estão formatando seus programas de governo para a gestão que se inicia em 1997, privilegiadamente as que foram eleitas com programas de caráter democrático-popular na região da Grande São Paulo. Além disso, estamos propondo a criação de um grupo de trabalho sobre políticas culturais para juventude, no próximo Fórum Intermunicipal de Cultura (a se realizar em junho de 1997), para divulgar a proposta do Centro Juvenil como uma perspectiva de política para juventude.

6. SETOR DE DOCUMENTAÇÃO

6.1. Objetivos e estratégias

O objetivo principal do setor é a disseminação de informações produzidas no âmbito das temáticas pertinentes a *Ação Educativa*, realizando, para isso, a coleta e o processamento técnico dessas informações elaboradas em diferentes suportes técnicos. Para a efetivação desse objetivo, cria e mantém bases de dados automatizadas, difunde a informação por meio de consulta local e à distância e fomenta o intercâmbio com outros centros de informação por meio de redes .

Com o intuito de alcançar tal objetivo, as bases de dados de *Ação Educativa* foram aperfeiçoadas durante o presente ano. Adaptações técnicas e operacionais se fizeram necessárias para que, a partir de 1997, seja possível a disseminação por acesso remoto. Estas adaptações envolveram tanto as definições técnicas das próprias bases, quanto os instrumentos utilizados para a indexação temática (*thesaurus*). Além disso, para o controle das formas de entrada de autoria e descritores onomásticos, uma nova base foi desenvolvida, para uso interno e como auxiliar de consulta, denominada *Base Autor*, onde os nomes estão normalizados. Outra atividade que aponta para tal objetivo foi a confecção da 1ª edição do CD Rom da ANPEd (6.2.3), atividade que pode ser considerada como fomentadora do intercâmbio de informações entre instituições que atuam na mesma área temática.

6.2. Projetos desenvolvidos

Durante 1996, a Documentação realizou os seguintes projetos, de acordo com o objetivo geral.

6.2.1. Base de dados sobre educação popular, educação básica de jovens e adultos e participação popular

A partir do início do projeto de reestruturação da Base de dados, que possibilitará o seu acesso remoto via Internet, foram efetuados os seguintes procedimentos: definição da base em programa MicroIsis; migração dos registros da base antiga (DBase/Clipper) para a base nova; elaboração do *thesaurus* temático (instrumento de indexação de informações); adaptação de aproximadamente 6.600 registros (68,9 % do total), inclusive com a elaboração de resumos informativos para aqueles que ainda não o possuíam, além da adaptação de formato de entrada (autor, título, local de publicação, casa editora e data de publicação) de todos os registros existentes na base original . Esta atividade contou com financiamento de projeto especial aprovado pelo Ibict/CNPq, que se encerrou em agosto.

Foram inseridos 1.629 novos registros na base em 1996, o que representa um crescimento de 20,5% em relação ao total da base no início do ano. Neste total estão compreendidos aqueles processados pela equipe de bolsistas (3) que atuou no Projeto Juventude e Escolarização, financiado pelo CNPq e pela Fapesp, que, para o levantamento bibliográfico e indexação dos registros contou com a coordenação do setor. Contudo, não estão contabilizados os registros oriundos da Base de Dados dos Organismos Multilaterais e Educação (cerca de 280), que foram adaptados e incorporados a essa Base. A base totaliza 9.587 registros, sendo que 6.664 (69,5 %) contam com resumo.

Os procedimentos para a disponibilização da base por acesso remoto estão em andamento, necessitando de ajustes e definições técnicas, sendo possível que ainda no primeiro semestre de 1997 esta etapa já esteja concluída.

6.2.2. Base de dados sobre Juventude: Educação, Trabalho e Cultura

A Base conta atualmente com 7.736 registros (compreendendo o banco bibliográfico, banco de notícias, banco de experiências e o banco de entidades). Grande parte deste trabalho (66%) foi realizado por bolsistas da Faculdade de Educação da USP, através de trabalho cooperativo entre o setor, a área de Juventude e trabalho coordenado pela Profa. Marília Spósito naquela instituição. Esta Base foi sendo redefinida ao longo do ano, e a partir de novembro passou por uma reestruturação geral. A partir de meados de outubro, uma estagiária passou a alimentar o banco de notícias em *Ação Educativa*, sendo coordenada pelo setor de Documentação em conjunto com a área de Juventude, tornando possível neste curto período de tempo a inserção de 1.085 registros. O *thesaurus* temático desenvolvido para a indexação dos registros, que já se encontra em sua 3ª versão, continua a passar por aprimoramentos técnicos, sendo possível, a partir da disponibilização da base para consulta pelos assessores, um maior retorno quanto a sua adequação e necessidades de ajustes.

6.2.3. CD Rom ANPEd

O setor foi o responsável pelo recolhimento, digitação, indexação, desenvolvimento da base e definição do formato de apresentação, ou seja, de toda a elaboração do CD Rom lançado na Reunião Anual da ANPEd (setembro), que contou com todas as dissertações e teses defendidas nos Centros de Pós-Graduação em Educação filiados àquela entidade e produzidas entre 1981 e 1995, apresentando as *referências* mais importantes (autor, título, orientador etc.), resumo e descritores. A interface foi desenvolvida sob orientação do setor. O CD conta com aproximadamente 6.100 registros.

6.2.4. Outras atividades

6.2.4.1. Coleção de periódicos

Durante este ano foi realizada uma ampla atualização na assinatura de periódicos. Dois fatores principais impulsionaram este trabalho: a necessidade de cobrir falhas na coleção dos periódicos considerados importantes para o desenvolvimento do Projeto Juventude e Escolarização e a renovação, por meio de compra, de várias assinaturas com o fim do intercâmbio com *Tempo e Presença*. Atualmente *Ação Educativa* conta com 428 títulos de periódicos em sua coleção, sendo aproximadamente 50% de títulos correntes.

6.2.4.2. Atendimento

Foram atendidos 107 consulentes externos durante 1996, entre consulta local e à distância (telefone, carta ou correio eletrônico). As consultas externas tenderão a aumentar consideravelmente a partir da disponibilização das bases para consulta remota. Não contabilizamos durante este ano o número de atendimentos prestados aos assessores internos de *Ação Educativa*, procedimento este que pretendemos estabelecer a partir do próximo ano, junto com levantamento dos assuntos e materiais requisitados. Isto possibilitará uma precisão maior na detecção das carências e excelências do acervo, orientando as novas aquisições.

6.2.4.3. Participação em eventos

EVENTO	ORGANIZADOR	LOCAL e DATA	OBSERVAÇÕES
Workshop sobre Centros de Referência	Inep	Brasília - 27 a 29/02/96	
Seminário Redes e Sistemas de Informação e Comunicação	USP/ECA	São Paulo, 24 e 25/04/96	
Seminário de Avaliação do Reduc	FCC	São Paulo - 12 e 13 /08/96	
Seminário de Avaliação - Informação em C&T	CNPq/MCT	Campinas - 27 e 28/11/96	Apresentação do projeto desenvolvido na base de Dados e apoiado pelo CNPq

6.3. Limitações

Os procedimentos adotados para adaptação e inserção de novos registros foram acompanhados por uma adaptação técnica constante das bases, o que pode ser destacado como o fato marcante de atuação do setor neste ano, buscando as melhores soluções para as necessidades apresentadas, tanto para o atendimento das pesquisas internas, quanto no intuito de adequá-las para o acesso remoto. A criação de uma interface amigável, através da elaboração de menus, acompanhada de um treinamento específico, propiciou a pesquisa direta às bases pelos assessores, diminuindo assim o tempo gasto com a consulta. Como complemento a esses procedimentos técnicos, foram confeccionados dois manuais de orientação: um para uso da Documentação, com orientações para a entrada e indexação de registros, e outro para auxiliar os usuários na consulta às bases.

Uma limitação que se apresenta para 1997 é que, com o fim do financiamento pelo Ibict, devido ao encerramento do projeto, a atualização dos registros oriundos da Base antiga será feita em ritmo bem mais lento do que o desejado. Desta maneira, faz-se necessário um planejamento que possibilite a continuidade deste serviço durante o ano; igual fato pode ser apontado no desenvolvimento do banco de notícias da Base Juventude. Some-se a isso a quantidade de material para processar ainda acumulada, que, se não contar com um grupo específico destinado a esta tarefa, tenderá a aumentar.

Uma conseqüência do acúmulo de trabalho no setor já se fez sentir durante este ano, quando algumas atividades previstas não foram desenvolvidas por absoluta carência de tempo: a edição de dois números de um boletim bibliográfico e o levantamento de material editado no Brasil dentro da temática abordada pela área de Juventude.

6.4. Perspectivas de ação

A confecção do CD Rom ANPEd é um tipo de prestação de serviço que é um claro exemplo de uma tendência que se apresenta para o setor, ou seja, como organização e/ou informatização de acervos, produções bibliográficas etc., para outras instituições, gerando tanto recursos como aperfeiçoamento nas estratégias de elaboração de tal tipo de serviço.

Além disso, é possível delinear uma tarefa mais dinâmica que se apresenta ao setor, ou seja, a disseminação seletiva da informação. É possível vislumbrar um quadro em que, por meio de uma atuação conjunta entre a Documentação, as áreas temáticas de *Ação Educativa* e o setor de Comunicação, se trabalhe com documentos e materiais divulgados pela imprensa, se qualifique a informação e se distribua o produto para uma lista de interessados no assunto abordado, antecipando-se assim à demanda por informações.

7. SETOR DE COMUNICAÇÃO

7.1. Objetivos e estratégias

O setor de Comunicação tem como objetivo organizar e otimizar o relacionamento da instituição com seus interlocutores e com os veículos de comunicação, para transformar a ONG num centro de referência para as questões educacionais e de juventude e numa agência de captação, produção e difusão de informações e conhecimentos ligados a essas temáticas.

7.2. Balanço dos avanços e das limitações

Por problemas operacionais e de financiamento, o setor só começou a se implantar efetivamente em 1996, já com uma redefinição das atividades anteriormente propostas. Em março, foi feita a contratação de um profissional de imprensa, seguida da contratação de um assistente, para realizar as seguintes atividades prioritárias:

- edição de boletim eletrônico semanal;
- edição de boletim mensal;
- organização de hemeroteca com notícias sobre movimentos e organizações de jovens, vinculada à área de Juventude;
- avaliação da necessidade de reorganização e alimentação da hemeroteca de educação (em conjunto com Documentação e demais áreas).

Além disso, estavam previstos também:

- elaboração de materiais de divulgação de *Ação Educativa* (conferência aberta, cartaz, release);
- estabelecimento de acordos operacionais e relacionamento permanente com os veículos de comunicação;
- divulgação, por meio de publicações e boletins eletrônicos, do Boletim Bibliográfico e os Resumos Analíticos da Documentação, a serem disponibilizados via Reduc/ANPEd.

7.3. Atividades realizadas

7.3.1. Informativo Ação Educativa

Iniciando este ano, a primeira tarefa foi produzir e formatar um boletim digital contendo uma síntese panorâmica do noticiário sobre as áreas de educação, juventude e cultura.

Esse boletim destinava-se à veiculação diária no BBS (Bulletin Board System) Yázigi, num sistema de parceria entre *Yázigi International* e *Ação Educativa*.

Durante o mês de abril e início de maio, o boletim foi formatado e teve sua operação testada tanto internamente (em conjunto com o setor de processamento de dados) como externamente (alimentação do BBS).

Batizado como *Informativo Ação Educativa*, passou a ser produzido e veiculado diariamente pelo BBS Yázigi a partir de 22 de maio, num formato voltado para atingir um público-alvo potencial (cujo perfil e quantidade não se conhecia de antemão) que

englobasse tanto profissionais ligados às áreas de educação e juventude quanto usuários habituais do BBS (cerca de mil assinaturas ativas na ocasião).

Trazia uma edição sintetizada (e, por vezes, comentada) do noticiário publicado por oito diários da imprensa nacional e regional e por duas revistas semanais, complementado por notícias fornecidas pelo serviço do Lux Jornal, contando eventualmente com informações obtidas em outras fontes (associações, conselhos, assessorias de imprensa de órgãos do governo ou entidades sindicais etc.).

Organizava-se em duas grandes seções:

- a seção "Em dia" trazia os principais fatos noticiados nas áreas de Educação, Juventude e Políticas Públicas;
- a seção "Curto-circuito" oferecia notas e dicas sobre fatos e eventos relevantes, subdivididos nos tópicos Educação (pequenas notícias, agenda de encontros etc.), Cultura (programação cultural) e Cuca (questões polêmicas surgidas no noticiário das áreas de interesse do Informativo).

A partir de julho, o Yázigi franqueou a professores, pesquisadores e parceiros de *Ação Educativa* acesso gratuito a seu BBS, para que esses usuários pudessem acessar o *Informativo Ação Educativa* sem necessidade de fazer assinatura do serviço.

Também nesse mês a aquisição de um "modem" deu maior independência ao setor de Comunicação que, a partir de agosto, passou a alimentar a conferência *ax.educação* da Alternex com o noticiário específico da área – e, em quatro momentos, a conferência *ax.brasil*, com posicionamento sobre as propostas de alteração constitucional do MEC.

Depois de cinco meses de veiculação o boletim foi reformatado em novembro, para centrar-se mais especificamente nos temas de interesse das duas instituições:

- da seção "Em dia" foi excluída a área dedicada a Políticas Públicas;
- a seção "Curto-circuito" foi substituída por "Em pauta", subdividida nas áreas de Educação e Juventude, para permitir uma veiculação mais permanente das questões de fundo, subsidiadas, sempre que possível, por documentos, estudos, manifestos.

Durante esse período, foram veiculadas, em média, 250 laudas mensais (cerca de 11 laudas/dia) com noticiário, agenda de eventos, programação cultural.

Todo o material veiculado foi impresso, organizado por área temática (Educação, Juventude e Políticas Públicas) e por trimestre, e está disponível para consulta.

O acesso ao *Informativo Ação Educativa* ainda é irrisório, tanto no BBS Yázigi como no Alternex, por várias razões:

- divulgação precária do Informativo junto ao público-alvo (professores, militantes de movimentos sociais, pesquisadores, agentes e animadores);
- dificuldade de acesso ou de uso completo do suporte técnico necessário (computadores, modems liberados, redes) por parte desse público;
- falta de hábito desse público em utilizar-se de informação veiculada por novos suportes.

7.3.2. Publicação mensal

O perfil de uma publicação mensal impressa foi discutido com todas as áreas de *Ação Educativa* durante o mês de março. Disso resultou a proposta de uma publicação de doze páginas, de cunho jornalístico e informativo, contendo:

- matérias (reportagens, entrevistas e artigos) sobre temas conjuntural ou estruturalmente vinculados à educação e à juventude;
- uma seção de memória (para recuperar pensamentos e práticas de estudiosos da educação e juventude);
- crônicas;
- informações sobre eventos e acontecimentos nas áreas de trabalho de *Ação Educativa*, oriundos tanto da instituição como de diferentes núcleos ou pesquisadores brasileiros e estrangeiros;
- panorama do noticiário veiculado pela grande imprensa, a exemplo do que era feito pelo *Acontece* (revista do Cedi fora de publicação).

Com base nessa receita, em abril foi contratado e executado um projeto gráfico. No início de maio, o primeiro número foi pautado e as tarefas distribuídas. O material produzido, entretanto, não conseguiu refletir o objetivo de levantar e nortear o debate sobre os temas centrais de educação e juventude na conjuntura. Por isso, adiou-se o lançamento de uma publicação mensal, a fim de se discutir mais profundamente seus objetivos, seu escopo e seu formato, além de alternativas de financiamento para lançá-la.

7.3.3. Hemeroteca de juventude

O trabalho de avaliação, seleção e indexação de recortes fornecidos pelo Lux Jornal para os bancos de experiências e de notícias sobre juventude foi iniciado em abril. O assistente do setor foi instruído pela equipe de Juventude sobre os temas e orientado pelo setor de Documentação para alimentar os bancos (no sistema Micro Ísis).

A grande demanda de leitura, seleção e digitação do noticiário diário, para a produção do boletim virtual, emperrou essas tarefas de cunho mais documental. Em virtude disso, a partir de setembro, a seleção e indexação dos artigos passaram à responsabilidade do setor de Documentação.

7.3.4. Hemeroteca de educação

O trabalho de indexação e arquivo de recortes de jornais e revistas, feito pelo Cedi, foi interrompido em setembro de 1994. De lá para cá, os recortes foram sendo acumulados sem qualquer trabalho de qualificação ou mesmo separação.

A proposta consensual da equipe de *Ação Educativa* em relação à hemeroteca organizada nos tempos do Cedi foi a de cedê-la a outra instituição – em princípio, à biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. No entanto, contatos feitos pelo setor de Documentação indicaram que essa biblioteca tinha interrompido o trabalho com recortes de jornal. Em busca de novos destinatários para o arquivo, a Documentação descobriu que a UFMG tem também um setor de hemeroteca. O setor de Comunicação relacionou o conteúdo das pastas guardadas em sete arquivos, para enviar à UFMG e saber de seu interesse.

O setor de Comunicação manterá arquivadas para uso da casa apenas matérias (reportagens, entrevistas, artigos) que, a seu critério, considerar de maior interesse no campo da educação (políticas de reformulação do ensino, reformas curriculares, financiamentos etc.).

7.3.5. Assessoria de imprensa

O setor cuidou da produção e divulgação de “releases” e contatos com jornalistas da mídia impressa e televisada, previamente ao primeiro seminário do grupo *Solidária Idade* assessorado pela área de Juventude.

Cabe ressaltar que a necessidade e a oportunidade de um trabalho permanente de assessoria de imprensa deve ser melhor discutida, pois implica contatos freqüentes e não eventuais com os jornalistas dos diferentes veículos de comunicação, demanda “tempo de garimpo”, tanto para propor pautas, trocar idéias, sugerir contatos, entrevistas e fazer críticas, quanto para peneirar as demandas que se tem ou não condições de responder.

7.4. Perspectivas

Dentro da parceria institucional *Yázigi-Ação Educativa* o setor desenvolverá as seguintes atividades a partir de janeiro de 1997:

- elaboração de um manual facilitado de acesso ao BBS Yázigi, com uma seqüência de passos necessários para que os menos afeitos a aventuras virtuais possam acessar o boletim gratuitamente;
- produção de seletas temáticas das notícias veiculadas, com as principais questões da conjuntura tratadas pela imprensa durante o ano de 1996, para disponibilizar tanto em forma de arquivos digitais (na biblioteca do BBS Yázigi, numa nova conferência no Alternex/Altercom, via e-mail) quanto na forma de impressos (a partir de requisições de usuários);
- elaboração de uma publicação mensal de oito páginas, com resumo comentado do noticiário sobre educação e juventude veiculado pela imprensa, centrado em dois eixos: os temas em foco e as experiências interessantes (o que, entretanto, dependerá de financiamento);
- contato com redes informatizadas alternativas (sindicatos, associações etc.) para oferecer o noticiário virtual;
- avaliação de possibilidades para a criação de uma “home-page” de *Ação Educativa*, para veicular tanto projetos das áreas, como os bancos da Documentação e o noticiário virtual.

Além disso, o noticiário poderá incrementar a pauta do boletim informativo bimestral para os sócios (“Em Ação”), que será produzido pelo setor de Projetos e editado pelo setor de Comunicação.

Finalmente, será também necessária a realização de discussão aprofundada sobre as vantagens, os desejos, as necessidades, possibilidades e oportunidade de implantação de:

- uma publicação de *Ação Educativa* (revista ou boletim) e suas possibilidades de financiamento;
- um serviço de assessoria de imprensa (permanente ou eventual) da casa.

Em princípio, essa discussão deverá ser feita conjuntamente, logo após o processo de avaliação institucional, previsto para março de 1997.

8. GESTÃO FINANCEIRA

8.1. Origem dos recursos

A partir de doações recebidas e aquisições realizadas, *Ação Educativa* conta com recursos materiais (mobiliário, equipamento, serviços básicos e auxiliares) que viabilizam a sua atuação. Essa condição serviu de base para a realização das atividades relatadas, que se tornaram possíveis pelo aporte de um amplo leque de fontes:

- Doações de cinco agências localizadas na Europa: Christian Aid (Grã-Bretanha), EZE (Evangelische Zentralstelle für Entwicklungshilfe - Alemanha); ICCO (Organização Intereclesial para Cooperação para o Desenvolvimento - Holanda); NCA/NOW-95 (Norwegian Church Aid/Norwegian Operation Workday 1995 - Noruega), e The Save The Children Fund (Grã-Bretanha);
- Doações de duas agências norte-americanas: Ford Foundation e Inter American Foundation;
- Doações de instituições localizadas no Brasil: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e Movimento de Educação de Base (MEB), além de contribuições não-monetárias da Secretaria de Ensino Fundamental do Ministério da Educação e do Desporto, Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep);
- Receitas oriundas de assessorias e cursos oferecidos a educadores em programas municipais e estaduais e em organismos-não governamentais;
- Receitas oriundas da venda de publicações

8.2. Distribuição das receitas

No período em questão o aporte financeiro se distribuiu da seguinte forma:

	R\$	%
Recursos de agências localizadas no exterior	566.040,02	77,63
Recursos de fontes localizadas no país	153.999,76	21,12
Rendimentos de aplicação de saldos	9.094,53	1,25
	729.134,31	100,00

Os 21,12% de recursos de origem nacional se distribuem da seguinte forma:

	R\$	%
Recursos federais	34.247,69	4,70
Doações e reembolso de despesas	41.528,18	5,70
Recursos de venda de produtos e serviços	78.223,89	10,72
	153.999,76	21,12

8.3. Despesas realizadas no período

As despesas no período (janeiro a dezembro de 1996), incorporadas ao Balanço Anual, estão demonstradas no quadro abaixo:

CATEGORIA	DISCRIMINAÇÃO	VALOR
PESSOAL ¹	Coordenação e apoio	56.954,26
	Assessorias	213.723,20
	Setores: Doc. e Com.	127.404,33
	Administração e infra	80.130,22
	Serviços de terceiros	79.613,84
ATIVIDADES	Viagens e estadias	16.487,12
	Eventos e seminários	5.186,91
	Material (pedag. e de consumo)	18.092,16
	Comunicação (tel., correio, fax)	33.608,52
	Publicações	36.445,06
	Manutenção de equip.	2.395,69
	Despesas eventuais	732,63
INFRA-ESTRUTURA	Equipamento	12.832,40
	Material de expediente	11.086,86
	Taxas	3.756,44
	Manutenção de instalações	1.022,85
	Aluguel	26.383,49
TOTAL		725.855,98

¹ Inclui encargos sociais de acordo com a legislação em vigor.